



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUCAS GOMES DE OLIVEIRA SOUZA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL, A DITADURA MILITAR E A TRAJETÓRIA E
MILITÂNCIA DE JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA (1967-1970)**

CAMPINA GRANDE, PB

Setembro de 2017

LUCAS GOMES DE OLIVEIRA SOUZA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL, A DITADURA MILITAR E A TRAJETÓRIA E
MILITÂNCIA DE JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA (1967-1970)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima

CAMPINA GRANDE, PB

Setembro de 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S719o Souza, Lucas Gomes de Oliveira .
O movimento estudantil, a ditadura militar e a trajetória e militância
de João Roberto Borges de Souza (1967-1970) / Lucas Gomes de
Oliveira Souza. – Campina Grande, 2017.
67f.

Orientador(a): Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (História) – UFCG/CH.

1. Movimento Estudantil. 2. Ditadura Militar. 3. Repressão. 4. Trajetória.
5. Materialismo Histórico. I. Título.

CDU:02(043.2)



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

LUCAS GOMES DE OLIVEIRA SOUZA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL, A DITADURA MILITAR E A TRAJETÓRIA E
MILITÂNCIA DE JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA (1967-1970)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Monografia Avaliada em __/__/__ com o conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – (UFCG)

Examinador (a): Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – (UFCG)

Examinador (a): Prof. Dr. José Luciano de Queiros Aires – (UFCG)

Dedico este trabalho à todos os meus amigos e familiares que me acompanharam nesta caminhada. Em especial à meus pais : Adriano Alves de Souza e Valéria Gomes de Oliveira Souza, aos meus irmãos : Rodrigo Gomes de Oliveira Souza e Letícia Maria Gomes de Oliveira, aos meus avós, por parte de Pai : Wilson Oliveira de Souza e Antônia das Graças Alves Diniz, e por parte de Mãe : Teresinha Gomes de Oliveira e Nicodemos Henriques de Oliveira(*in memoriam*) , à meu Tio Vladir Gomes de Oliveira(*in memoriam*) ,à João Roberto Borges de Souza(*in memoriam*), e à memória de todos os Estudantes e Trabalhadores brasileiros que combateram a Ditadura Militar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a meu Deus e à Doutrina Espírita (Sobretudo ao Instituto de Pedagogia e Evangelização Scheilla, em Campina Grande e a Instituição Espírita Nosso lar, em João Pessoa) e seus ensinamentos, em especial à meu avô Wilson Oliveira de Souza, as suas palavras não somente confortam, mas sobretudo, me mostram caminhos da vida e do bem os quais eu busco seguir para ser e fazer o próximo mais feliz, deixo aqui, portanto, o meu “Muito obrigado!”, por tudo.

Agradeço à meus Pais que, a todo tempo, estiveram, apesar da distância, me dando apoio e acreditando em todas os caminhos que eu decidi trilhar ao longo da minha vida. Escrever sobre o que sinto por eles não caberia nem em um livro, tento resumir, portanto, o que sinto neste momento em apenas três palavras que tem um significado extremamente importante, são elas: amor, carinho, gratidão. Se eu pudesse escolher, certamente escolheria retornar, outras vezes, em outras vidas, ao lado de vocês. Hoje tenho a certeza que fiz o máximo que pude e que com certeza, vocês estarão felizes, não somente por eu estar concluindo, com este trabalho, uma etapa importante da minha vida, mas por eu ter seguido aquilo que sempre me foi ensinado, esse ensinamento é sabedoria, é amor de Pai e Mãe que eu tive e tenho a honra de ter e que levarei comigo, para sempre. Se houveram dificuldades ao longo do caminho, assim como no de todas as pessoas, creio que sem as palavras, e, acima de tudo, sem as atitudes que meus Pais tiveram comigo, certamente seria muito mais difícil estar aonde estou hoje.

Agradeço também aos meus irmãos, a minha avó Teresinha Gomes de Oliveira e amigos, em especial, à Thúlio da Nóbrega Veloso filho, grande amigo, de longa data, a quem eu desejo somente que a nossa amizade dure para sempre.

Agradecer, é, antes de tudo reconhecer a importância de cada pessoa que nos acompanhou ao longo de uma fase, que, creio eu, é um grande desafio, tendo em vista que pesquisar, e acima de tudo escrever não é um processo simples, muito pelo contrário, é complexo e exige muita paciência e sobretudo humildade para identificar e buscar corrigir os erros que, por ventura, venham a existir. Nesse sentido, agradeço à todas as contribuições do meu orientador, o Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima, que tiveram fundamental importância ao longo da pesquisa e escrita desse trabalho e também pela atenção e compreensão que me foi dada, não só ao longo da orientação mas sim durante toda a Graduação. Além de ser um competente Profissional, Luciano Mendonça, para mim, é um grande ser humano e que faz do conhecimento teórico não uma ferramenta de erudição, como muitos fazem, mas sim um complemento para a sua Luta.

Agradeço ao Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires, um dos examinadores deste trabalho, à quem eu tive o contato inicial com o objeto de estudo nessa Pesquisa, durante a leitura do relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade, na disciplina de História da Paraíba II, e também de todo o conhecimento compartilhado fora da Universidade, nas aulas de Campo em João Pessoa e Sapé, e em especial durante a visita a Elizabeth Teixeira. Por fim, agradeço ao Professor Dr. Gervácio Batista Aranha, que também é examinador deste trabalho, pelas suas valiosas contribuições, ao longo do curso, no tocante a todo aprendizado, sobretudo acerca das Teorias da História, que inevitavelmente nos acompanham durante toda a “jornada” acadêmica e principalmente nas nossas compreensões do Presente, que é o Tempo do Historiador.

Tristes tempos estes, meus caros, quando a toda
hora, nós somos obrigados a defender o óbvio.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

O Golpe de abril de 1964, no Brasil, instaurou um período histórico marcado pela repressão e pela supressão de direitos individuais e coletivos. Dessa forma, no âmbito da História foram elaboradas diversas versões acerca desse momento histórico, bem como foi analisada a atuação não só das instituições, mas também da participação da sociedade civil durante e após o Golpe de Estado. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é, durante o período que compreende os anos de 1967 à 1970, investigar, no Estado da Paraíba, especialmente na cidade de João Pessoa e Campina Grande, a articulação do movimento Estudantil Universitário e de movimentos sociais correlatos, nos quais, dentre outros, insere-se a trajetória e militância política de João Roberto Borges de Souza, líder estudantil na Universidade Federal da Paraíba, Campus I, a partir de 1968. Ao longo da pesquisa foram utilizados prontuários, processos, cartas, etc. Toda documentação foi produzida durante a Ditadura Militar, portanto, utilizaremos o termo “documentos sensíveis” para designar esse conjunto documental elaborado na época da repressão, que, por sua vez, denota a capacidade de compreender e criticar as versões oficiais divulgadas a época da Ditadura, bem como entender que elas foram produzidas, por vezes, em circunstâncias que se referem às perseguições e torturas. No que se refere ao aporte teórico-metodológico foi utilizado o materialismo histórico para buscar a compreensão do objeto da pesquisa levando em consideração a correlação de forças e o golpe de classe que teria ocorrido a partir do dia 1^a de Abril de 1964.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Ditadura Militar. Repressão. Trajetória. Materialismo Histórico.

ABSTRACT

The April 1964 coup in Brazil established a historic period marked by repression and the suppression of human and collective rights. Thus, it is not a tool of history, without proposals of the civil literature, but also of the participation of civil society during the coup. In this sense, the objective of this work, during the period from 1967 to 1970, is to investigate, not in the State of Paraíba, especially in the city of João Pessoa and Campina Grande, an articulation of the University Student movement and related social movements, in which, among others, is the trajectory and political militancy of João Roberto Borges de Souza, student leader at the Federal University of Paraíba, Campus I, since 1968. Throughout the research of processes, processes, letters, etc. All documentation was produced during the Military Dictatorship, so yesterday or the term "sensitive documents" to designate this documentary set drawn up in the era of repression, in turn, denotes the ability to see criticism as official versions released the era of Dictatorship, as well as understanding that they are sometimes produced under circumstances that refer to persecution and torture. As regards the active theoretical-methodological study and used in historical materialism to seek an understanding of the object of the research, taking into account a correlation of forces and the class blow that has occurred since April 1, 1964.

Keywords: Student Movement. Military dictatorship. Repression. Trajectory. Historical Materialism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A DITADURA MILITAR NO CONTEXTO NACIONAL E LOCAL(1967-1970)	15
2.1	PANORAMA DO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DA DÉCADA DE 60 ATÉ O “MILAGRE ECONÔMICO”	16
2.2	MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR (1967- 1970)	19
2.3	OS TRABALHADORES, A ESQUERDA E A LUTA ARMADA	21
2.4	DITADURA MILITAR NO ÂMBITO LOCAL (1967-1966)	24
3	MOVIMENTOS ESTUDANTIS E REPRESSÃO EM JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE, DURANTE A DITADURA MILITAR(1967-1970)	27
4	TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA POLÍTICA DE JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA (1968-1969)	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXO I – DOCUMENTOS	53
	ANEXO 2 – FICHAS DOS DOPS	66

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado Militar, em uma articulação que envolveu setores da elite (no âmbito empresarial, político, latifundiário) e da sociedade civil. O “Capital”, mais uma vez, portanto, determinou as “regras do jogo”. A censura, dessa maneira, tornou-se, ao longo do tempo, um fator determinante do processo de cerceamento de liberdade de expressão e na conseqüente repressão (através, sobretudo, dos agentes do Estado) aos movimentos sociais e aos setores da sociedade civil que de alguma forma enfrentaram a conjuntura política vigente.

Nesse contexto, será estudado nesse trabalho, a trajetória dos movimentos estudantis na Paraíba, de 1967 à 1970, com ênfase na atuação política de um estudante de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, chamado João Roberto Borges de Souza. A questão proposta é elaborar uma biografia histórica situando a personagem principal no contexto político/histórico em que viveu, bem como levando em consideração a sua atuação no movimento estudantil na UFPB e a sua militância na Ação Popular que culminou com a sua prisão e sua posterior perseguição, tortura e assassinato. Entende-se por Movimento Social Estudantil, a organização não só dos Estudantes Universitários mas também dos Secundaristas que buscaram, por vezes, se articular contra a repressão do Golpe Militar de 64.

No tocante à trajetória e a militância Política de João Roberto, faz-se necessário compreender que não se trata de uma biografia no sentido literário do termo, a qual remete a uma tentativa de mera reconstituição dos fatos da vida de determinada pessoa. Apesar de essa leitura está presente quando se investiga os fatos, principalmente no âmbito da Política, relacionados à vida de um militante, entende-se que, essa trajetória está inserida em um conjunto de circunstâncias de determinado contexto Histórico, sendo assim, em que pese a Tradição Histórica de João Roberto, ela foi analisada levando em consideração diversos aspectos pertinentes a sua época (contexto social, econômico, político, etc.), bem como as suas ambigüidades.

As fontes utilizadas nesta pesquisa são oriundas dos prontuários individuais e funcionais deixados pelo próprio estudante e também da fonte oficial divulgada pelos órgãos de repressão da Ditadura como o DOPS da Paraíba e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Essa documentação, produzida durante a Ditadura Militar (e que está presente também em todos os regimes de exceção), são fontes oriundas da repressão, que por sua vez podem ser caracterizadas como “documentos sensíveis” à medida em que foram elaborados em circunstâncias históricas que implicam em torturas físicas e psicológicas, fazendo com que, nem

sempre aquilo que está escrito corresponda à realidade, aos fatos vivenciados pelas pessoas, durante essa época. Essas circunstâncias peculiares, portanto, exigem do Historiador uma leitura crítica de todos os documentos utilizados durante a pesquisa, no sentido, não somente de comparar as fontes oficiais com aquelas produzidas pelas pessoas que foram perseguidas mas também no que tange a entender que, a “verdade”, pode ser manipulada e/ou forjada, sobretudo durante regimes ditatoriais e/ou regimes de exceção. De acordo com Icleia Thiesen:

A hipertrofia de documentos constitui uma das características de regimes de exceção, cujas práticas passam por um trabalho minucioso de ‘documentação’ das ações das polícias políticas, com o propósito evidente de (1) criar provas contra seus inimigos e, simultaneamente, (2) autodefender-se de futuras acusações. A intencionalidade na produção documental segue a regra geral, mas acrescenta um caráter que difere dos demais documentos produzidos na administração públicas – vale dizer o ato intencional, consciente e deliberado de fraudar as práticas funcionais do Estado, com dolo ou má-fé. São conhecidos os inúmeros episódios de “suicídios”, “fugas”, “atropelamentos”, “troca de tiros”, “troca de tiros” e outras causas de mortes alegadas ocorridas em decorrência, a bem da verdade, de torturas intensivas que se seguiam a prisões irregulares, ou seja, sequestros. O objetivo mais imediato era a extração de informações com o propósito de localizar outros militantes em seus aparelhos e efetuar novas prisões/sequestro. (THIESEN, 2012, p.9).

Diante do exposto, entende-se que o que se denomina de “documentos sensíveis”, significa também uma hipertrofia de documentos, no sentido de que há uma supressão de informações com objetivos definidos, os quais atendem aos interesses dos agentes do Estado, principalmente no tocante à repressão. Dessa forma, por vezes, são forjadas provas, devendo, portanto, o Historiador estar atento às estas possibilidades e “cruzar” essas fontes oficiais com aquelas produzidas pelos reprimidos, a fim de que seja possível estabelecer um critério de verdade durante a análise. Desse modo, neste trabalho, houve esta tentativa, sobretudo à medida em que analisamos as fontes oriundas do DOPS e dos serviços de Inteligência da repressão com o material escrito deixado pelo estudante João Roberto Borges de Souza.

Vale ressaltar que essa terminologia intitulada de “documentos sensíveis” é contemporânea e não implica no fato de que o Historiador deve fazer um exame minucioso e crítico das fontes somente quando se é estudado períodos históricos relacionados às Ditaduras, mas que, por fim, indica a necessidade de que, nesses períodos, devido às circunstâncias históricas nas quais estão envolvidos os sujeitos históricos (perseguições, torturas físicas e psicológicas, etc.), faz-se necessário uma atenção maior do Historiador no seu dever de ofício levando em consideração de que essa documentação, devido a todos esses processos históricos de opressão sobretudo dos agentes da repressão do Estado, pode ser facilmente forjada ou escrita no sentido de reproduzir o discurso dos golpistas e opressores.

A metodologia utilizada neste trabalho faz referência ao aporte teórico marxista, utilizando-se, portanto, do método do materialismo histórico, a partir da leitura de autores como Jacob Gorender, Arthur Poener e de obras do próprio Marx que tratam sobretudo da questão da ideologia da sociedade Burguesa, possibilitando, dessa forma, a análise do golpe Militar a partir da perspectiva não só da atuação de parcelas da sociedade civil, mas também a partir dos conflitos entre as classes sociais dominantes no Período e os operários, camponeses, dentre outras.

No primeiro Capítulo será elaborada uma contextualização acerca da ditadura Militar no cenário nacional e Regional (Paraíba), será discutido, dentre outros, os aspectos relacionados à Economia e Política. No segundo Capítulo, o objetivo principal é analisar os movimentos estudantis que atuaram no combate à Ditadura em João Pessoa e Campina Grande, com ênfase no período de 1967 à 1970. No terceiro Capítulo haverá uma discussão sobre a trajetória do Estudante João Roberto Borges de Souza e sua atuação e militância na Ação Popular. Neste capítulo, buscou-se, ao longo da pesquisa, analisar e comparar as fontes oficiais divulgadas à época do Período estudado com aquelas que revelam os relatos pessoais do João Roberto Borges de Souza bem como as informações disponibilizadas nas fichas do DOPS da Paraíba.

Dessa maneira, vale ressaltar o balanço historiográfico necessário para apresentar o tema geral do trabalho, que é a Ditadura Militar. Segundo Toledo (2004, p.14),

[...] o movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da Ditadura do Estado Novo.

O contexto histórico, portanto, revela que o golpe de 64 tem um significado mais amplo do que o discurso dos golpistas de que estariam evitando o processo de “comunização” do Brasil, através de chegada de João Goulart ao Poder. Esse é apenas um dos fatores que contribuíram para o Golpe de 64, entretanto, o projeto nacional-reformista de Jango, o retorno da Democracia Política Burguesa e também a defesa de João Goulart dos projetos relativos à Reforma Agrária (que atuavam não na perspectiva de eliminação da propriedade privada e nem para pôr fim ao Poder dos coronéis no campo, mas sim para tentar acelerar o processo de desenvolvimento no Brasil, dentro daquilo preconizado pela “linha” de pensamento nacional desenvolvimentista) traduziram-se em fatores determinantes para o Golpe de 64. Sobretudo, devido a intensa atuação sindical no curto Governo de João Goulart, houve uma ameaça aos

privilégios que historicamente foram concedidos e consolidados às classes dominantes, tais como: as elites brasileiras, especialmente aquelas ligadas ao latifúndio e as grandes empresas.

Todo esse processo, conduziu uma série de greves e de reação por parte da oposição conservadora, que irá, portanto, a partir do dia 1^a de Abril de 1964, desfechar o Golpe contra João Goulart, mas sobretudo contra a População em geral, em especial as classes não dominantes.

Por fim, vale ressaltar, que o interesse por esta pesquisa surgiu durante a leitura do relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade (Paraíba), na disciplina de “História da Paraíba II” cujo docente era o Professor José Luciano de Queiroz Aires. No dia 10 de Maio de 2013, houve a modificação do nome do principal auditório da Universidade Federal de Campina Grande (o Auditório da Reitoria), *Campus* Central, que tinha o nome do reitor-interventor da Universidade Federal da Paraíba, a partir de 1966, o Guilardo Martins Alves, pelo nome do Estudante e militante da Ação Popular João Roberto Borges de Souza, que foi assassinado durante a sua Gestão. Essa substituição implicou em um importante momento histórico no qual a memória do opressor foi substituída pela do oprimido, retomando assim o período da Ditadura Militar, ao mesmo tempo em que se homenageava aquele que lutou contra o Regime e a favor de Direitos hoje consolidados e usufruídos pela sociedade em geral e em especial pela comunidade acadêmica da Universidade Federal de Campina Grande, que, a época do Golpe de Abril de 1964 ainda não havia sido desmembrada e era, portanto, o *Campus II* da Universidade Federal da Paraíba.

Tendo em vista a instabilidade política e econômica enfrentada pelo Brasil, principalmente nos últimos três anos, é de se notar o fato que ocorre um aumento do movimento “conservador” que busca, através da retórica dos Golpistas de 64, defender uma solução autoritária principalmente para os problemas sociais que enfrentamos, porém, que tem suas “raízes” ao longo de toda a História do nosso País. Sendo assim, torna-se importante analisar esse período da História, não para que ele apenas permaneça nas reminiscências de um “passado distante” mas para que, sobretudo, ele não aconteça novamente.

2 A DITADURA MILITAR NO CONTEXTO NACIONAL E LOCAL (1967-1970)

O General Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia 7 de Dezembro de 1966 promulgou o Ato Institucional nº4, que, dentre outras modificações, propôs a imposição, através de Decretos com força de lei, advindos do Presidente no tocante à matéria administrativa e financeira (Art. 9ª, §2ª). Na medida em que o Golpe de 64 se consolidava, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, eram dissolvidos em detrimento daquilo que representasse uma determinação do Presidente (através dos decretos-lei). O Estado de exceção, e consequentemente as mais diversas formas de repressão se intensificaram a partir de dois anos da promulgação do “AI-4” (Ato Institucional nº 4), quando, no dia 13 de Dezembro de 1968, o General Artur da Costa e Silva promulgou o AI-5 cerceando amplamente a capacidade de mobilização de toda e qualquer pessoa contra o regime Militar. A diferença do Ato Institucional nº 5 para os anteriores foi somente o aprofundamento da repressão, suspendendo, por exemplo, diversos Direitos Políticos (Art. 5º). (BRASIL, 1966).

Entretanto, a repressão em si já havia começado desde o início do Golpe, sendo que, ao longo do tempo, porquanto setores da sociedade civil, dos movimentos estudantis e movimentos sociais foram reagindo, houve a imposição dos outros atos, intensificando esse processo. Do ponto de vista ideológico, o discurso de “Revolução” propagado pelos golpistas foi, desde os primeiros momentos do Golpe, algo completamente ambíguo e difuso mesmo entre os Golpistas, que não conseguiram, nesse contexto, estabelecer um equilíbrio político entre os setores militares. Segundo o Historiador Caio N. de Toledo,

Na *ordem do Dia* emitida pelo Comandante do Exército general Francisco Roberto de Albuquerque – lida nos quartéis de todo o país na manhã de 31 de março -, a expressão “Revolução de 64” é a grande ausente de todo o texto. Ao contrário de ocasiões semelhantes, nesta nota não se exaltou a atuação das Forças Armadas brasileiras que, em abril de 64, intervieram no processo político a fim de “salvar” o país da “subversão” e “anarquia” políticas, do “caos econômico” e do “totalitarismo ateu e comunista” que vicejavam e ameaçavam a democracia nos chamados tempos de populismo. De forma sóbria e sem nenhuma eloquência, a *Ordem do Dia* dirigida aos jovens soldados do Exército, alude vagamente aos “difíceis momentos” vividos pelo País em 31 de março de 1964. (TOLEDO, 2006, p. 28).

Por conseguinte, fica explícito, através dessa documentação oficial divulgada pelo Exército que, no momento inicial do Golpe de 1964, a alta cúpula dos militares, não consegue consolidar, internamente, o protagonismo militar, no sentido de “livrar” o Brasil de uma suposta influência comunista no que tange ao Governo de João Goulart, nem muito menos à suposta

instauração de uma “Ditadura Comunista”, dessa forma, entende-se que esse discurso só será mais divulgado amplamente em um momento posterior, o qual também irá coincidir com o aumento da repressão, representando, assim uma certa “derrota ideológica” desses setores militares e também dos conservadores que buscava uma justificativa ideológica para fundamentar o Golpe.

2.1 PANORAMA DO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DA DÉCADA DE 60 ATÉ O “MILAGRE ECONÔMICO”

Na medida em que foi havendo, portanto, uma concentração de Poder maior, como já foi demonstrado inicialmente neste capítulo, através da imposição dos atos Institucionais, apesar de, em termos de ideologia os conservadores não conseguirem lograr êxito, desde o início do Golpe, é possível observar que todo esse movimento foi acompanhando por um aumento da concentração de renda, fazendo com que determinados grupos econômicos conseguissem crescer em diversos setores da Economia, sobretudo na década de 60. De acordo com o Historiador Dreifuss

No início da década de sessenta, 78,1% dos grupos multibilionários tinham como atividade principal a indústria, sendo que nela eles estavam distribuídos num número variado de ramos. Em comparação com grupos multinacionais, os grupos multibilionários locais destacavam-se aos setores de importação-exportação, nos bancos e na indústria de bens de consumo não duráveis. Eles se equilibravam com os interesses multinacionais no que dizia respeito ao setor de investimento e na indústria de base, onde o Estado tinha uma participação relevante, e aproximavam-se dos grupos multinacionais. Os grupos “nacionais” levavam franca desvantagem em todos os demais setores: distribuição, serviços de utilidade pública, bens duráveis e maquinário pesado. (DREIFUSS, 1981, p. 53).

Dessa forma, percebe-se que a abertura do mercado Brasileiro ao Capital estrangeiro ocorreu em um contexto de favorecimento dos grandes grupos econômicos em detrimento dos grupos “nacionais”, fazendo com que os primeiros respondessem pelas maiores parcelas no investimento da Economia nacional, sendo favorecidos, portanto, pelo Estado. Por vezes, utiliza-se o termo “Ditadura Militar-Empresarial”, numa tentativa de enfatizar a questão da classe do empresariado tanto no desfecho quanto no contexto pós golpe, utiliza-se também, com frequência, o termo Ditadura Civil-Militar, desta vez dando ênfase a um suposto apoio de grande parcela da Sociedade Civil ao Golpe, entretanto, entendemos, neste trabalho que o termo “Ditadura Militar” traduz-se como o mais adequado tendo em vista que parcelas da sociedade

civil bem como dos Empresários e latifundiários, por exemplo, tiveram sim, naturalmente participação em todo o processo de consolidação do Golpe mas não conseguiram se equiparar ao da alta cúpula das forças armadas, admitindo assim, que a principal característica do Golpe é eminentemente militar, estando nela, inclusa, obviamente outros setores da sociedade mas que não conseguiram se sobrepor a este protagonismo dos Militares, sobretudo no que tange à gênese do Golpe de Estado.

No tocante à política de ajustes, no âmbito fiscal e monetário, observa-se que houve uma recessão fazendo com que se aprofundassem as desigualdades no País, que, obviamente estiveram presentes ao longo de toda a História Brasileira. A partir do final da década de 60, mais precisamente entre os anos de 1969 à 1973 (período que não compreende exatamente o período analisado neste trabalho, mas, que faz-se necessário ser analisado para ter uma noção maior de conjuntura, na qual estiveram inseridos sobretudo, os movimentos Estudantis), no denominado “milagre econômico”.

A este momento recessivo, seguiu-se a exuberância do “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”, amplamente capitalizado pelo Governo Médici, dourando os anos de chumbo do regime. Entre 1969 e 1973, o Brasil cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, chegando a quase 14% em 1973. Mas a conjuntura de crise internacional, após o aumento de preços do petróleo quase no final deste ano, fez o governo, mais do que a sociedade, despertar da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre. A crise revelava a fragilidade financeira e a dependência brasileira dos insumos básicos da economia, como o petróleo. (NAPOLITANO, 2014, p.150).

Esse “crescimento”, portanto, traduziu-se, em termos pragmáticos, em mera propaganda do Regime Militar, dado que, posteriormente, provocou outra crise que somente revelou a dependência do mercado financeiro Brasileiro ao de outros Países, aumentando também a questão da dívida externa e possibilitando, assim, a incapacidade dos Militares de desenvolver a Economia, favorecendo a População mais pobre.

Em suma, todas as políticas econômicas do regime convergiram para o reforço dos laços do Brasil com o sistema capitalista Mundial, a luta pela industrialização a qualquer preço e o reforço do capitalismo monopolista. Isso não implica que a eventual conexão orgânica das várias políticas – o liberalismo recessivo de Castelo, a expansão do consumo privado no Milagre, o nacionalismo estatizante de Geisel – tenha sido percebida como tal pela sociedade civil. Para empresários, consumidores da classe média, trabalhadores em geral, a maior ou menor adesão política ao regime militar esteve sempre ligada à percepção dos efeitos da política econômica sobre o cotidiano dos negócios, do consumo e da sobrevivência. A sociedade navegou ao sabor dos ventos econômicos ou se viu refém do desenvolvimento capitalista que ampliou as estruturas de oportunidades profissionais para os

segmentos de formação superior, concentrados na classe média, mesmo para aqueles que não simpatizavam com o regime. (NAPOLITANO, 2014, p.150).

Dessa forma, apesar da crise instaurada, percebe-se que setores da classe média acabaram se beneficiando do aparente “milagre econômico”, visto que, foram criadas oportunidades de emprego, sobretudo, para quem dispusesse de mão de obra qualificada, que significava, portanto, na conclusão de um Curso Superior, que, neste momento, em regra, atingia tão somente pequenas parcelas da População. Isso fez com que, conseqüentemente, em especial os mais pobres tivessem somente oportunidades em empregos que não se exigisse essa qualificação. O consumo e a renda, tendo em vista que, se concentraram em determinados setores da sociedade, irão diminuir para os mais pobres, aumentando, assim, a desigualdade social. É nesse momento que também ocorre a migração de milhares de Nordestinos para os grandes centros urbanos do eixo sul-sudeste. Sobre esse movimento é possível entendê-lo sob a perspectiva da “lei do desenvolvimento desigual e combinado” de Leon Trotsky.

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (*lei do desenvolvimento desigual*, de Lênin), as localidades atrasadas, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas. (DEMIER, 2007, p.2).

Nesse sentido, entende-se que a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” de León Trostky aplica-se, em tese, a realidade Brasileira, tendo em vista que o caráter “arcaico”, atrasado ou subdesenvolvido do Nordeste é conseqüente não de um suposto feudalismo (ou semi-feudalismo) que teria surgido historicamente nessa região, mas sim, porque, devido a Política de valorização do desenvolvimento, sobretudo em grandes centros industriais implicou em um processo de exploração e de conseqüente “atraso” em outras, sendo processos históricos, que, ao invés de serem antagônicos se complementam no contexto Social e Histórico do Capitalismo e da Burguesia nacional Brasileira.

Dessa forma, segundo Melo

Um grande negócio para o grande Capital, é como se pode sintetizar a Ditadura de 1964 a partir de sua história. Em primeiro lugar, uma das resultantes daquele processo de aceleração da acumulação capitalista foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais cujos agentes teriam maior peso sobre o Estado, no período subsequente. Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e

Oderbrecht), a indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplares os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos que construíram ou consolidaram seus “impérios” naquele contexto. (MELO, p.92).

Diante do exposto, conclui-se que o contexto econômico e social, sobretudo do início da década de 60 até o “milagre econômico”, favoreceu aos interesses da Burguesia, ajudando a manter, seja no campo, seja nas cidades, a estrutura de dominação e correlação de forças que existiu historicamente. Será iniciada agora, uma análise acerca do Movimento Estudantil, levando em consideração o protagonismo dos discentes Universitários e Secundaristas nesse cenário de exclusão (com ênfase no período que compreende os anos de 1967 à 1970) e, acima de tudo, de aprofundamento da repressão sobre as diversas formas de liberdade de expressão.

2.2 MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR (1967- 1970)

A questão dos ‘excedentes’ marcaria, no início de 1967, uma mudança fundamental no eixo das mobilizações estudantis do pós-64. Com efeito, a partir daí, a oposição às medidas do governo militar na área do ensino viriam juntar-se às denúncias contra a política repressiva na conformação do quadro geral de resistência do meio universitário às políticas do Estado. Nesse processo, surgiu com mais força nas movimentações estudantis o tema da Política Educacional do Governo (PEG). (MARTINS FILHO, 1986, p. 155).

Como veremos no capítulo seguinte, esse problema dos “excedentes”, veio a influenciar também o movimento Estudantil Universitário em Campina Grande, especialmente a partir de 1968. As Universidades estavam oferecendo número bem limitados de vagas que eram preenchidos e aqueles que ficavam a espera de ser chamado, não conseguiam, pois o Estado somente chamavam os primeiros. Além disso, através da censura não somente provas de redação poderiam ser desclassificadas, como também, por vezes, alunos serão perseguidos no âmbito das próprias Instituições de Ensino Superior e conseqüentemente sofrerão punições, as quais, em muitos casos culminavam com o impedimento de continuar estudando e em outros, culminando inclusive com torturas psicológicas, físicas, até a morte.

A repressão, que implicou em uma grande mobilização Estudantil, intensificou-se, segundo o Historiador Jacob Gorender, a partir do dia

[...] 28 de março, quando um choque da Polícia Militar invadiu o restaurante Calabouço, que servia refeições a estudantes no centro da antiga capital da República. Alegou-se que ali se preparava uma passeata para atacar a Embaixada dos Estados Unidos, na rua do México. Os policiais usaram armas de fogo em recinto fechado contra jovens desarmados. Feriram vários deles e

mataram o secundarista Edson Luís de Lima Souto. (GORENDER, 1987, p. 147-148).

A partir desse fato, no ano de 1968, houve uma articulação crescente entre os Estudantes Universitários e os secundaristas, demonstrando o protagonismo estudantil na luta contra a repressão, ao passo que, ainda segundo Gorender (1987, p.148) “Os universitários cujo número total não ia além dos 140 mil recebiam o apoio impetuoso de dois milhões de secundaristas”.

Esse processo histórico atingiu o ápice no dia 26 de Junho com a “passeata dos cem mil” que reuniu não só o movimento Universitário e Secundarista, mas também outras lideranças, tais como :a Ação Popular (Movimento de Esquerda da Igreja Católica) e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). (GORENDER, 1987, p.148).

A partir, sobretudo de 1969, com o aumento da repressão (Sobretudo a partir da promulgação do Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969), o Movimento Estudantil foi se enfraquecendo e tornando-se cada vez mais clandestino e perseguido pelas autoridades públicas do estado de exceção. Dessa forma, em fins da década de 60 foi organizada uma nova eleição para decidir acerca daqueles que iriam liderar a União Nacional dos Estudantes.

Devido à perseguição e prisão dos Estudantes que compareciam aos Congressos, foram organizados congressos regionais que por sua vez elegeram um colegiado que escolheria a nova diretoria. (GORENDER, 1987, p.278).

Sendo assim, a chapa vitoriosa composta em sua maioria por membros da Ação Popular, tendo como líder o Estudante “Jean Marc”, foi eleita, entretanto, a atuação Estudantil continuou bastante comprometida e só se tornou ativa novamente a partir da segunda metade da década de 70.

Faz-se necessário ressaltar a atuação de uma organização estudantil que teve maior “destaque” nesse período. Dessa forma, inicialmente pode-se ressaltar o fato de a Juventude Universitária Católica ter tomado uma posição de defesa da Universidade, porém, também de mudanças sociais. Posteriormente a JUC irá se transformar na Ação Popular, que, inicialmente reivindicaria, do ponto de vista ideológico, um “Humanismo Cristão”, em uma tentativa de “aliar” princípios cristãos com a dialética marxista, sendo que, à medida em que o ideário de Esquerda vai se tornando predominante, alguns aspectos relacionados à Igreja Católica, principalmente no tocante a sua hierarquia vai sendo suprimida. Segundo Martins Filho (1986), “[...] a Ação Popular foi a corrente hegemônica no movimento Universitário na década de 60”.

A AP (Ação Popular) irá englobar duas grandes concepções bem distintas em termos de Ideologia, a primeira seria o Maoísmo e a segunda a estratégia do “foquismo” de Guevara. Por fim, de acordo com Martins Filho (1986, p. 244):

Com tais perspectivas, a Ação Popular aderiu à estratégia maoísta da Frente Única com a burguesia nacional, defendida por Mao, em 1935, diante da força do imperialismo e do Kuomintang e das “graves debilidades nas forças revolucionárias.

Sobre o Protagonismo da “Esquerda Católica”, no âmbito da Ação Popular, de acordo com Motta

Não obstante, no movimento estudantil, o grupo mais forte vinculava-se à esquerda católica, a chamada Ação Popular (AP), que invariavelmente ocupava a presidência da UNE, quase sempre com um comunista na vice presidência. Os cristãos de esquerda vinham passando por processo de rápida e intensa radicalização desde os anos 1950, abandonando a posição de combate aos comunistas para se aliar a eles. Em pouco tempo começaram a criticar os militantes do Partido Comunista Brasileiro por excesso de moderação. Não é de admirar, assim, que a direita percebesse o “comunismo” como força avassaladora entre os estudantes. Embora houvesse também grupos estudantis de direita, a maioria das lideranças falavam em revolução e socialismo, e ficava difícil distinguir entre marxistas (havia vários grupos além do PCB) e socialistas cristãos. Mesmo os policiais dos departamentos e Delegacias de Ordem Política e Social - até então único aparato do Estado dedicado à repressão política - sentiam dificuldade em fazer a distinção; por vezes, os socialistas cristãos pareciam mais “comunistas” que os comunistas. (MOTA, 2014, p.15).

Diante disso, percebe-se que, o Estado militarizado exerce um papel fundamental no desmantelamento do Movimento Estudantil, sobretudo, de grupos mais fortes à exemplo da Ação Popular que irá buscar, ao longo do tempo, se distanciar do ideal de “moderação” do PCB como exposto na citação acima, aproximando-se mais precisamente do ideário revolucionário e da luta contra a conjuntura política vigente através do que se denomina de “radicalização” que está relacionado, dentre outros aspectos à aproximação com a luta armada e também à organização de protestos, passeadas, ocupação de Universidades Públicas.

2.3 OS TRABALHADORES, A ESQUERDA E A LUTA ARMADA

À medida em que se intensifica todo o processo de repressão já discutido nesse capítulo, há uma espécie de “radicalização” da luta contra a Ditadura, isso ocorre não somente no meio estudantil (Universitário e Secundarista) mas também entre os trabalhadores da cidade e do

campo, o que denota o fato de que o processo de radicalização das lutas contra a Ditadura Militar não são fatores excludentes de determinados focos de luta (como por exemplo, dentre os operários, nas fábricas), mas, ao contrário, são heterogêneos, inclusivos e estão presentes não só entre os trabalhadores, mas também entre os estudantes, nesse processo histórico o Estado militarizado exerceu um papel fundamental no desmantelamento dos movimentos sociais de Esquerda que buscavam articular-se e conseqüentemente enfrentar a ordem política vigente. As linhas de Esquerda, a Exemplo da Ação Popular, como já foi discutido nesse trabalho, irá se distanciar do PCB, assim como o ideário da luta armada e a formação de diversos grupos acontecerão oriundos dessa fragmentação, ou seja, por um lado, será um novo fator de luta contra o Estado, mas por outro, representará, em regra, uma diminuição da combatividade no âmbito da correlação de forças entre as Esquerdas e os Militares, que influenciará também na atuação do Estado no que tange à repressão aos grupos armados, de Esquerda.

Esse processo de radicalização, em tese, só foi possível por conta do completo esgotamento de todas as possibilidades de enfrentamento ao regime no âmbito político/partidário, ou através de manifestações populares. Começa a existir, dessa forma, a prática de assalto a bancos, roubo de armas e sequestros de autoridades ligadas ao alto escalão do regime militar, em troca da libertação de presos políticos.

A relação da organização com os trabalhadores é de exterioridade total. Em 1969, o MR-8 (DI-GM) estava estruturado em três seções: frente de trabalho armado, frente de trabalho com as camadas médias e um setor de trabalho operário, que se deslocava constantemente para as favelas e para as fábricas. (RIDENTI, 2010, p. 169).

No entanto, o Exército, muito bem articulado com as autoridades policiais, acabam, com o passar do tempo, a prender os líderes dessas ações armadas bem como desmantelam as guerrilhas que tentaram confrontar o Regime. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro, por exemplo, é desarticulado ainda em 1969 neste ano também é assassinado Carlos Marighella e posteriormente, entre o ano de 1972 e 1973 a Guerrilha do Araguaia será brutalmente reprimida pelos militares. A questão da ideologia está presente na gênese de todos esses movimentos bem como entre os meios estudantis. O comunismo se apresenta, portanto, como um ideal que move grande parte da Juventude e os trabalhadores, representa, portanto, a superação da Ditadura e a instauração de uma nova forma de sociedade em que, de fato, existisse e fosse exercido o Poder Popular, apesar das clivagens ideológicas que existiram em todos os Movimentos de Esquerda.

Entretanto, devido às divergências quanto aos meios de alcançar esse objetivo, percebe-se que a Esquerda, ficou, por vezes, fragmentada, em diversas “linhas” de pensamento que

defendiam o “maoísmo”, “trotskyismo” e até aqueles que tinham outras leituras acerca do marxismo como o caso da Ação Popular, que, em sua origem, no início da década de 60 utilizava o termo “Humanismo Cristão” numa tentativa de designar a ideologia que iria, naquele momento, nortear o movimento social.

A superação do estado atual das coisas não culminou, portanto, em uma revolução e um novo modelo de sociedade, mas conseguiu, através da resistência, principalmente a partir do final da década de 70, enfraquecer o regime militar. Apesar de toda a Doutrinação, através das instituições ligadas à Educação, desde os processos de alfabetização (MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização) até a Universidade, não foi conseguido, pelos agentes da Ditadura, convencer a maior parte da população à acreditar no caráter “revolucionário” que teria existido no movimento de 1ª de Abril de 1964. A “ameaça” do comunismo, na realidade, se traduzia tão somente em atender os interesses das elites que, por sua vez, se sentiram completamente insatisfeitas e não contempladas com o projeto de governo nacional-popular que iria ser implementado através das reformas de base no governo de João Goulart. Os interesses do povo, portanto, tinham que ser secundários em detrimento dos interesses imediatos do Capital e do Imperialismo. É notório que, através do MOBRAL e de outras influências no âmbito Educacional, ficava nítido que o objetivo dos Militares, de fato, era buscar, no que tange a Educação, basicamente um meio de “fazer” propaganda do Regime Militar, e para isso buscava instruir os Professores (que muitas vezes não tinham nem formação para lecionar, e, por vezes civis eram obrigados a participar de tais projetos) à colocar em prática, métodos pedagógicos que apenas buscassem, em regra, reproduzir o discurso dos Golpistas e manter o *status quo*, entretanto, vale ressaltar que nem todos os Professores seguiam essas instruções e mesmo com toda a censura e perseguição do Estado, eram capazes de lecionar nesses projetos e também manter ativo o horizonte de luta contra a Ditadura.

Por conseguinte, tanto os secundaristas quanto os jovens universitários, tentaram, ao longo do tempo se articular com a classe dos trabalhadores. Sobretudo nas fábricas, essas tentativas representaram um importante debate entre vários setores da Esquerda(o PCB e as dissidências, por exemplo) e simultaneamente significaram um grande desafio, tendo em vista, dentre outros fatores, a dificuldade de se organizar espaços de debates e atuação em meio a tanta repressão legitimada pela ordem e pelas leis, levando em consideração que, em muitos casos, os operários estavam submetidos a jornadas de trabalho superior a 8 horas diárias o que dificultava no processo de formação política junto aos Partidos e Movimentos Sociais de Esquerda ou ainda anarquistas.

Aqui, o principal seria o trabalho de formação política do proletariado, que culminaria nessas greves ou em rebeliões, além disso, os sindicatos, mesmo na clandestinidade, também foram um instrumento importante na defesa dos direitos dos trabalhadores, principalmente no período que compreende o foco de discussão desse capítulo, momento em que foi cada vez mais necessário a união entre as classes sociais não dominantes para combater a repressão militar, entretanto, a atuação do sindicato, naturalmente, a partir do ano de 1968 ficou bastante restrita e teve sua combatividade diminuída, tendo em vista o aumento da repressão. No que se refere às Universidades, por exemplo, a censura, dentre outras formas, era exercida meio da identificação e punição dos estudantes considerados subversivos, que ocorriam, por vezes, em uma articulação com os próprios reitores que elaboravam sistemas internos de levantamento dessas informações e assim identificavam e acionavam os órgãos de repressão do Estado para puni-los.

Levando em consideração que o Ensino Superior não era descentralizado e que, ao longo do tempo, não foram criadas novas vagas para ingresso nas Universidades Públicas, observa-se como o processo seletivo dos estudantes também era desigual (pois só atingia uma pequena parcela daqueles que não só tinham condições de se preparar para o Vestibular como também tinham condições materiais de se manter na Universidade) e constantemente fraudado, tendo em vista o processo de censura exercidos nas provas de redação que poderia reprovar determinados candidatos (que fossem considerados “subversivos”, a partir dos critérios subjetivos estabelecidos pelos militares para censurar o conteúdo dessas provas), entretanto, dentro da expansão prevista pelos militares, pode-se afirmar que, em termos quantitativos, ela de fato existiu, não existindo, na prática um avanço qualitativo, no sentido de formação dos docentes, discentes e nem muito menos da diminuição do Processo de repressão no âmbito Universitário.

2.4 DITADURA MILITAR NO ÂMBITO LOCAL (1967-1966)

Na Paraíba, do final da década de 50 até 1966, o Governador Pedro Moreno Gondim, buscou, inicialmente apoiar os projetos de reforma de base de João Goulart. Pedro Gondim, por enfrentar uma situação de conflito e disputas no campo, optou inicialmente por defender um projeto de governo mais próximo dos trabalhadores, entretanto, ao longo do tempo, fica explícito que o mesmo consegue alcançar o Poder de Governar o Estado a partir de uma perspectiva de conciliação de classes que era calcada, dentre outros aspectos nessa questão se procurar aproximar-se do discurso nacional-popular de João Goulart, para, conseqüentemente

angariar uma determinada popularidade entre a classe trabalhadora. Dessa forma, posto que o Governador se aproxima da UDN e a repressão aumenta no campo, os grupos políticos e conservadores (principalmente os latifundiários) conseguem se associar ao Governo de Gondim que se torna uma espécie de aliado desses no combate aos movimentos sociais de Esquerda ratificando, portanto, seus interesses políticos alinhados com as classes dominantes do cenário político paraibano.

Esse contexto denota a capacidade de articulação das oligarquias paraibanas, em um cenário que se inicia mesmo antes do golpe de 1ª de Abril de 1964. A “política dos coronéis” oriunda ainda do que se denomina de “República Velha” ainda permanece nas estruturas de Poder no Estado da Paraíba. O Comunismo enquanto ideologia que orienta os movimentos que contestam esse modelo de sociedade, passa a ser, cada vez mais, veementemente combatido pelos conservadores, à medida em que estes, para as classes dominantes, embora em contextos diferentes, será utilizado para legitimar o Poder e a ordem vigente, fazendo com que sejam mantidos apenas os interesses das elites, no caso da Paraíba, do “grupo da Várzea”, por exemplo e também de famílias como a “Veloso Borges” e do “Ribeiro Coutinho” que posteriormente irão “encomendar” a morte daquele que foi um dos grandes líderes das Ligas Camponesas de Sapé, o João Pedro Teixeira.

Segundo a Historiadora Monique Citadino

[...] Contudo, se a guinada em direção as forças políticas e conservadoras da política local e nacional garantiram a sobrevivência política e a integridade física do governador no ano de 1964 e ao longo dos anos imediatamente seguintes, quando chegou a ser eleito deputado federal pela UDN, em 1966. Já em 1968, com a radicalização do perfil repressivo do regime militar, ele cairá nas malhas do AI-5 (Ato Institucional nº 5), perdendo seu mandato e tornando-se o único governador paraibano a ser cassado pelo regime militar. (CITADINO, 2006, p.30).

O apoio político dado à Pedro Gondim em âmbito local e nacional, não foi, portanto, suficiente para livrá-lo posteriormente de uma condenação a cassação de mandato tendo em vista as prerrogativas oriundas do AI-5, de acordo com a intensificação do processo de repressão pela Ditadura Militar, mesmo aqueles que em algum momento dependeram de classes sociais ligadas ao movimento dos golpistas, acabam por não escapar da perda de Direitos Políticos, que acontece dentro da legitimidade da legislação vigente. O Estado, portanto, é quase totalmente militarizado e irá atuar no sentido de beneficiar os detentores do Capital, seja em um âmbito nacional, seja nos Estados ou Municípios.

No contexto pós-golpe, esse cenário de repressão se intensifica, no âmbito do Legislativo, deputados estaduais, vereadores e prefeitos são cassados e as Ligas Camponesas cada vez mais perseguidas. Principalmente no período que compreende os anos de 1964 à 1967, é latente, inclusive com o apoio da Igreja, a tentativa de legitimação do discurso da “Revolução” que teria ocorrido no Brasil. As “marchas da Família com Deus” acabam se expandindo para o Brasil inteiro, fazendo com que, aqui na Paraíba, sobretudo as mulheres de classe média e/ou de alguma forma aquelas que estivessem diretamente ligadas aos Militares, venham a combater o ideário do comunismo, que, para estes setores conservadores significaria, na prática, qualquer ameaça à seus privilégios, a imprensa e os sindicatos são invadidos pelo Exército, que passa a controlar, de toda forma, qualquer tipo de manifestação contra o Regime, atingindo também toda e qualquer entidade estudantil que viesse a contestá-lo. Em 1968, sob a Gestão do então Governador João Agripino, esse processo de repressão permanece. Posteriormente, no ano de 1969 o CEU (Clube dos Estudantes Universitários), local onde aconteciam não somente diversões públicas mas também debates sobre política e articulação dos Estudantes, é fechado e os protestos são duramente reprimidos.

Assim, nos primeiros anos pós-golpe, a Esquerda é duramente atacada, tanto em sua prática quanto em sua ideologia. Todo esse processo é apoiado pelas instituições burguesas, que, nesse momento acabam por apoiar o modelo de Estado Militarizado, imposto pelos golpistas e incorporam os seus discursos, que tentavam, à todo custo, mistificar o comunismo, transformando-o em uma “ameaça” que não se restringia só ao âmbito da Política, mas também representava uma “inversão” de valores ao suposto “tradicionalismo” das famílias brasileira (nesse caso, em grande parte, da classe média) e que portanto era uma representação, ou seja, uma “verdadeira ameaça” a instituição “família tradicional” e no plano político à soberania Nacional. Por fim, qualquer pessoa que tivesse um discurso que não estivesse “alinhado” com aquilo que era pregado pelo regime militar (e difundido através das Políticas Públicas Educacionais) já seria desqualificada, e taxada de “subversiva” pelos agentes da repressão, culminando em um processo que ia do fichamento pelas autoridades policiais nos órgãos competentes até, em muitos casos, a perseguição, tortura e morte.

3 MOVIMENTOS ESTUDANTIS E REPRESSÃO EM JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE, DURANTE A DITADURA MILITAR(1967-1970)

O Movimento Estudantil em João Pessoa, seguindo a tendência nacional, estava dividido em dois campos de atuação: o dos estudantes secundaristas, a UPES (atuando ativamente, sobretudo a partir de 1962), liderada por Rubens Pinto Lyra (que teve ativa atuação não somente no movimento estudantil Secundarista mas também no Movimento Estudantil Universitário), o MEI (Movimento Estudantil Independente), que, segundo Rodrigues (2000, p.35): “[...] conseguiram cooptar alguns upesianos e tumultuar, a 28 de Outubro de 1963, o III Congresso Municipal dos Estudantes Secundários.” e, posteriormente, a partir de 1966, o Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

Ainda em 1964, no dia 9 de Novembro, durante o governo do General Humberto Castelo Branco, foi promulgada a Lei 4.464 (revogada pelo Decreto-Lei nº 6.680 de 1979), conhecida como ‘Lei Suplicy (em referência ao Ministro da Educação que na época era o Flávio Suplicy de Lacerda). A Lei, dentre outros aspectos, buscava, no artigo 2ª, definir os órgãos de representação Estudantil do ensino superior:

Art. 2ª São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível Superior: a) o Diretório Acadêmico(D.A), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central dos Estudantes(D.C.E), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E) em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior [...]. (BRASIL, 1964, p.1)

Além disso, ainda estabelecia a obrigatoriedade do voto nas eleições, havendo punição, como por exemplo : a privação da prestação de exame parcial ou final, caso o estudante não justificasse a ausência do voto (Art 5ª §3ª), a determinação do que deveria ser debatido no caso de convocação, por parte das representações estudantis, de reuniões no período de férias escolares, sendo, dessa forma, somente possível o debate acerca do que se denomina de “caráter técnico”(Art. 10ª §1ª),e, por fim, ficou previsto no Art. 20 que: “ Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art.15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias”.

Esse, portanto, é o modelo oficial pelo qual a Ditadura Militar conseguia controlar a representatividade dos Estudantes no Ensino Superior, dessa forma, toda a estrutura que regia

a representação estudantil foi alterada, fazendo com que, até o início da década de 70, não fosse possível, ou praticamente inviável a elaboração, por parte dos discentes de outras formas de organização, tendo em vista que essa legislação, que naturalmente deveria ser implementada pelos reitores nas Universidade implicava em uma desarticulação do movimento dos Estudantes os submetendo as regras do Decreto-Lei, fazendo assim, com que os movimentos que não se adequassem a esses parâmetros fossem qualificados como sendo ilegítimos, e portanto estando passíveis da repressão estatal. Dessa forma, a União Nacional dos Estudantes (UNE) buscou alternativas frente a esse duro ataque dos golpistas aos estudantes Universitários.

Nesse sentido, de acordo com Cláudio José Lopes Rodrigues:

A realização das eleições para o Diretório Acadêmico implicava, em si, a desobediência a uma recomendação do 27^a Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em Julho de 1965, reunidos em São Paulo durante seis dias, estudantes de treze Estados e do Distrito Federal, representando 313 das 450 entidades universitárias brasileiras, realizaram clandestinamente o encontro. O tema principal das discussões girou em torno do boicote às eleições para os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes em todo o País, marcadas para o dia 16 de agosto, segundo o que prescrevia a Lei Suplicy. Os participantes do Congresso dividiam-se em duas correntes. A de inspiração do velho PCB defendia a participação no pleito. A outra – os independentes e os ligados à Ação Popular (AP), à *Política Operária* (POLOP), ao PC do B e outros segmentos menores – pretendia o boicote. Prevaleceu a segunda corrente, com 224 votos contra 71 (mais duas abstenções). (RODRIGUES, 2000, p.169).

Fica nítido a partir do resultado final do 27^a Congresso da UNE, que, apesar da tradição do PCB e da sua opção de combate a Ditadura pela via “política”, pacífica, já nesse momento em que se inicia os ataques a organização do estudantes tem muito pouco apoio, em detrimento de outras tendências que já se organizavam e entendiam que a solução mais viável para o momento seria boicotar as eleições, o que representava uma atitude de resistência dos discentes a Legislação imposta pelo governo Castelo Branco e ao mesmo tempo significava para os agentes do Governo que a repressão à todo e qualquer tipo de organização clandestina deveria ser intensificada tendo vista o descumprimento da lei e a mobilização dos Estudantes no sentido de se preparar para combater o regime e suas imposições. O Protagonismo dos discentes, sobretudo, até o ano de 1969, será, portanto, de fundamental importância não somente no combate a Ditadura Militar no âmbito Universitário mas também no que se refere às tentativas de aliança com a classe trabalhadora, dos operários e camponeses. Esse protagonismo, dessa forma, também está presente no Movimento Secundarista, que também é duramente atingido pela legislação imposta pelos Militares, e que, em tese, antecede, inclusive, a luta contra a

Ditadura Militar, tendo em vista, que, principalmente em João Pessoa, no momento que antecede o ano de 1967 o Movimento Universitário ainda não está suficientemente articulado, na medida em que, alguns líderes secundaristas(que depois inclusive irão se alinhar ao Movimento Universitário) já evidenciam o fato de estarem sobre a égide da repressão militar.

No âmbito local, em João Pessoa, segundo Rodrigues:

O DA Epitácio Pessoa naquele ano não passou de um bem comportado grêmio cultural. Promoveu a exibição de filmes ‘de arte’ (em preto e branco num velho projetor barulhento), um concurso de contos e um curso de extensão de Sociologia Jurídica, por mim sugerido, com palestras dos professores Gláucio Veiga, Nelson Saldanha e Lourival Vilanova, todos da Universidade Federal de Pernambuco. (RODRIGUES, 2000, p.169).

Dessa forma, observa-se que, inicialmente, o Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa que, naquele momento significava a principal representação estudantil na Universidade Federal da Paraíba, acabou seguindo uma tendência inversa daquilo que foi decidido nacionalmente no Congresso da UNE, os discentes Pessoenses, assim sendo, ainda não haviam conseguido se articular, naquele momento, no sentido de boicotar as eleições para os Diretórios acadêmicos que, segundo o autor estariam previstas para o dia 15 do mês subsequente da reunião. Dessa forma, o DA Epitácio Pessoa acabou por seguir as regras oriundas da Lei Suplicy e organizou a eleição no dia 16 de Agosto de 1966.

Após a eleição da chapa vencedora(“ Movimento de Integração Universitária”, cuja gestão deveria se estender a até Agosto de 1967) do DA Epitácio Pessoa, tendo como líderes Rubens Pinto e Jader Franca, o Movimento Estudantil Universitário Pessoaense passa a buscar uma espécie de “integração” com os outros estudantes Brasileiros através da Participação de um grupo de Universitários indicados, que, segundo Rodrigues (2000, p.171), foi composta por: “[...] Mário Cabino, Antonio Carlos France (seu irmão), Otávio (Tatá) Monteiro, Roosevelt Vita e Júlio Paulo Neto” para o ENEDI (Encontro Nacional dos Estudantes de Direito). Esse processo de participação ocorreu sob forte tensão devido a preocupação do Reitor-interventor da Universidade Guilardo Martins em investigar a associação desses Universitários com supostas práticas subversivas.

A viagem foi, portanto, “supervisionada” por uma funcionária da UFPB indicada pelo próprio Reitor. Observa-se que a composição desta delegação enviada à Salvador foi questionada por outros estudantes. Nesse sentido, entende-se que a participação do DA Epitácio Pessoa no ENEDI revelou que o movimento Universitário, principalmente do ponto de vista político, não tinha objetivos definidos, havendo apenas uma série de interesses difusos que

ainda eram incipientes para determinar uma estratégia, através da mobilização estudantil, para confrontar a Ditadura Militar, cuja repressão já era bastante consistente principalmente no Campo.¹

Isso demonstra também a capacidade de articulação que os Reitores tinham de obter o controle das atividades, sobretudo aquelas relacionadas a Política dentro da Universidade. O aparato repressor, a partir de 1968, com a promulgação do Ato Institucional Nº 5, vai, cada vez mais, “fechando o cerco” para a liberdade de expressão estudantil. Por outro lado, em nenhum momento há que se falar em um movimento homogêneo nas Universidades, a disputa pelo Espaço e protagonismo no Movimento Estudantil e as divergências ideológicas, tornam-se, portanto, um dos fatores permanentes ao longo de todo o processo de resistência dos Estudantes durante o Período da Ditadura Militar, seja no âmbito nacional(já com a articulação e predominância de movimentos sociais de Esquerda menores comparados ao tradicional PCB), seja no âmbito regional, no caso, em João Pessoa em que a Esquerda tentava, através da representação de Jade Carlos Coelho da Franca, tornar-se predominante na liderança do Movimento Estudantil que representava os acadêmicos de Direito da Universidade Federal da Paraíba, à medida em que posteriormente foram organizados protestos(inicialmente, de pequena expressão) contra o regime militar.

A partir do mês de Janeiro do ano de 1967, formou-se então, para concorrer à eleição do Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa da Universidade Federal da Paraíba, a Frente de Integração Universitária².

As eleições mais uma vez ocorreram dentro da previsão do dia 16 de Agosto daquele ano. Para o principal líder de oposição a esta “chapa”, a FIU (Frente de Integração Universitária), representava apenas uma continuação da Gestão anterior, que foi bastante criticada no sentido de não corresponder a expectativas dos estudantes com relação a luta pelos Direitos políticos, sociais, e acima de tudo pela democracia, que cada vez mais estava ameaçada pelo regime militar, dessa forma, os opositores acusaram a gestão anterior, que tinha como principal líder o acadêmico Jader Franca de ser inócua, conseqüentemente, a Frente de Integração Universitária não significaria renovação e sim o “continuismo” de uma Gestão com uma representatividade muito baixa entre os Estudantes.

¹ As perseguições na Universidade Federal da Paraíba, já ocorriam antes do decreto-lei nº 477 exposto no capítulo anterior.

² O rol das pretensões da FIU era imenso e muito variado, indo da necessidade de se organizar a biblioteca da Faculdade até a formas de intervenção do DA para se pôr fim ao preconceito racial nos Estados unidos e a Guerra do Vietnã (1965-1973). (RODRIGUES, 2000, p. 175).

Foram organizadas diversas reuniões, nas quais os ânimos entre os o candidatos cada vez mais eram exaltados. O apoio de João Agripino Neto reforçava o argumento da oposição, no sentido agora, de tentar demonstrar uma possível baixa credibilidade dessa nova chapa, pelo fato de ser apoiada pelo neto de um Governador que historicamente esteve aliado aos Golpistas e as velhas oligarquias que controlavam, historicamente o cenário político Paraibano, e nesse momento histórico representavam também a Ditadura Militar.

Entretanto, a Frente de Integração Universitária buscava, sobretudo às vésperas da eleição demonstrar a sua preocupação com a luta pela Democracia e também por anseios oriundos da classe estudantil da Faculdade de Direito. A oposição tentou reagir, portanto, redigindo aquilo que chamaram de “onze intenções” as quais a chapa pretendiam colocar em prática caso fosse eleita. Segundo Rodrigues (2000, p.186), algumas dessas eram “[...] muito vagas, redigidas com imagens poucos felizes [...]”, o que demonstra que, apesar de algumas ideias estarem bastante concretas (como por exemplo a questão da posição favorável à luta pela Democracia), não havia algum tipo de identificação ou até mesmo orientação quanto a ideologia seguida pelos integrantes da chapa e nenhum conteúdo mais específico ou aprofundado sobre o cenário político em âmbito regional ou local, ao que parece, essa discussão acerca da conjuntura política da época ficou restrita aos espaços de debates durante a eleição que por sua vez reduziu-se basicamente a retórica de tentar angariar votos entre os estudantes.

Não é possível, portanto, observar a influência de determinado Partido ou Movimento Social nas “intenções” da Chapa e nem uma relação direta dessas intenções no sentido de expandir o horizonte das lutas para além da Universidade. Portanto, a comunidade em geral e os diversos segmentos das classes trabalhadores não estão incluídos na perspectiva da nova Gestão, fazendo com que, praticamente toda a atividade política planejada fizesse referência apenas a Faculdade de Direito, e também o combate ao autoritarismo do Reitor Hélio de Araújo Soares. Dessa forma, podem-se citar algumas “intenções” :

[...] II – Procuraremos reagir contra a política do ditador Hélio Soares, para que a nossa Faculdade seja sociabilizada e para a concretização desse objetivo lançaremos mão dos maiores sacrifícios; III- Procuraremos lutar para que a Faculdade abra à tarde e à noite ponto não abordado pelos candidatos apoiados pelo Diretório, face a (sica) primazia de que gozam os mesmos de usar e abusar a Biblioteca da Faculdade nesses turnos; VIII-Procuraremos lutar para que o colega não se envergonhe de dizer que é estudante da Faculdade de Direito, de onde deve(sic) sair advogados de fato e não meros expositores de anéis; XI-Procuraremos ir ao diálogo franco com as autoridades educacionais e nunca agachados e atitude servil. (RODRIGUES, 2000, p.187).

Seguidamente, a Frente de Integração Universitária lançou um programa com uma série de metas as quais seriam cumpridas durante seu mandato. A exemplo das “onze intenções” da oposição observa-se a relação inexistente de uma ideologia específica ou orientação da organização estudantil no sentido de existir uma aliança destes com outros setores da sociedade civil e das classes trabalhadoras, entretanto, as metas da FIU (Frente de Integração Universitária), traduziram-se em uma objetividade mais coerente e concisa com a luta estudantil, tornando-se também mais ampla no que se refere a criação de um Jornal(o que denota a intenção que a chapa tinha de possibilitar um acesso e circulação maior de suas ideias e da gestão em si), a busca de uma maior quantidade de bolsas, e uma transparência maior no sentido de que os Estudantes teriam a possibilidade também de exercer a fiscalização do cumprimento dessas metas através da criação do “[...] CONSELHO DE REPRESENTANTES, COMPOSTO POR DOIS MEMBROS DE CADA TURMA, escolhidos através de eleição [...]” (RODRIGUES, 2000, p.190), os quais ficariam encarregados, portanto, dessa atividade. Por fim, podem-se destacar algumas metas dessa gestão:

2-Criação de um Centro de Debates destinados a Conferência sobre temas anuais. 3- Edição Periódica de um JORNAL. 4- Reforma Estatutária: Criação do Conselho de Representantes. 6- Campanha pela extinção da anuidade escolar nos estabelecimentos oficiais. 7- Instituição de 20 bolsas curriculares. Elevação do ‘quantum’ de NCr\$ 10,00 pagos atualmente.8- Consecução de bolsas de estudo no Sul do país e no exterior, através do Ministério do Trabalho.15- Luta pelo estabelecimento de atribuições aos auxiliares de ensino atualmente encarregados, apenas, de fiscalizar as assinaturas nos livros de ponto. (RODRIGUES, 2000, p.190).

Após a apuração dos votos constatou-se que a FIU conseguiu eleger a maioria dos candidatos sendo assim a chapa vitoriosa da eleição do Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa daquele ano, entretanto:

[...] nem todos os integrantes da nossa chapa conseguiram se eleger. As duas candidatas da FIU foram derrotadas: a cooptada Lucemar da Cunha teve 100 votos e a evangélica Maria Marta Falcão de Carvalho,92. Perderam para Severino Marcondes Meira (118 votos) e Marcos Antônio Souto Maior (115). Os perdedores da “Chapa da Oposição” foram José Frazão de Aquino (94 votos), José Cazuya de Lima (74) e Severino Ramos de Oliveira (68). Os candidatos a membros do DA eleitos pela FIU foram Cláudio José Lopes Rodrigues (134 votos), Lúcio Marcos da Costa (129) e Manoel Soares Monteiro, o *Barrabás* (115). A FIU conseguiu, assim, eleger 5 dos 7 candidatos. Fez-se, posteriormente, uma reunião para a distribuição interna dos cargos. Como o mais votado, coube-me a vice presidência do Diretório. (RODRIGUES, 2000, p.191)

No ano seguinte, em 1968, após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, de apenas 17 anos, no Restaurante Calabouço (que era vinculado Universidade Federal do Rio de Janeiro), o Brasil viveu um período de forte mobilização Estudantil, que refletiu naturalmente em todos os Estados, com protestos, passeatas, pichações, gritos de palavras de ordem. A juventude, cada vez mais sufocada pelos Militares, tentava, de todas as formas se articular e lutar contra a Ditadura que reagia, cada vez mais com brutalidade e articulando seus setores de Inteligência nos Estados, Municípios, etc.

O Estudante Edson Luís estava manifestando-se pelo Direito a uma melhora na qualidade da alimentação servida aos Estudantes no Restaurante Calabouço, agindo, portanto, de maneira legítima e justa, ele era um estudante “comum” não tinha nenhum tipo de associação a Partidos ou quaisquer movimentos de Esquerda. Após a repressão da polícia, foi assassinado à tiros e se transformou num verdadeiro mártir dos Estudantes Brasileiros, se antes de 68 já havia resistência e luta estudantil, a partir deste ano até pelo menos o início da década de 70 é que essa luta será intensificada, principalmente após a repressão e a consequente prisão de centenas de estudantes no XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), que foi realizado em uma cidade localizada próxima a São Paulo chamada de Ibiúna.

Em João Pessoa, houve uma reação tanto dos Universitários quanto dos secundaristas. A época, o reitor da UFPB era o Professor de Medicina e ex-militar Guilardo Martins, que, junto com o DOPS e a Polícia Federal (Essa articulação, de maneira concreta, ocorria através da transmissão de informações de natureza acadêmica bem como de dados e atitudes de determinados estudantes, criando assim, um elo entre a Universidade e os órgãos repressores) tentaram de todas as formas suprimir as manifestações, cabendo, naturalmente as forças policiais, a repressão aos Estudantes, operários, e todos aqueles que de alguma forma estavam vinculados aos Protestos, atingindo inclusive, algumas pessoas que não tinham nenhuma relação com os protestos que estavam acontecendo. Segundo Cláudio José Lopes Rodrigues:

Em João Pessoa os acontecimentos não foram tão amenos. Às oito da manhã de 4 de Abril – data da missa de sétimo dia pela morte de Edson Luís - o delegado de Ordem Política e Social comunica aos líderes estudantis que a Polícia não permitiria passeatas. O coronel Gadelha solicitou ao vigário da Catedral Metropolitana que na prédica fosse pedida a compreensão dos estudantes bem como lhes fossem aconselhado não realizarem manifestações de rua. (RODRIGUES, 2000, p.254).

Essa ordem de impedir as manifestações também foi acatada pelo Governador João Agripino que tornou-se, portanto, cúmplice de toda a repressão do período. Na Universidade

Federal da Paraíba, em João Pessoa, estudantes ocuparam a FAFI (Faculdade de Filosofia), em protesto também aos estudantes perseguidos e presos em Ibiúna. O CEU (Clube do Estudante Universitário) também foi invadido e interditado pelos Militares, sendo “devolvido aos estudantes no dia 15 de Abril, após dez dias de interdição” (RODRIGUES, 2000, p.259). Dezenas de estudantes, Professores e Médicos (dentre outras classes de trabalhadores) foram agredidos. Dentre eles, podem-se citar: “Eudes Ferrer (17 anos), Carlos Alberto Bonfim (15) e José da Silva Bezerra (13)” (RODRIGUES, 2000, p. 255).

Em Campina Grande, a situação não foi diferente, se, inicialmente, no imediato pós-golpe os Estudantes tiveram dificuldades de se articular o movimento estudantil esteve bastante disperso em fase de articulação, no ano de 1968, houve uma organização maior e uma consequente uma resistência intensa a repressão da Polícia. Segundo a Historiadora Érica Lins Ramos:

No ano de 1964, conforme as pesquisas realizadas acerca do movimento Universitário campinense, defendemos a tese de que esses universitários estavam mais preocupados com os problemas do cotidiano acadêmico do que em combater a política das Forças Armadas. (RAMOS, 2013, p.149).

Ainda segundo a Historiadora Érica Lins,

[...] as manifestações de 1968 iniciam-se por causa dos excedentes da Faculdade de Direito. Como haviam sido abertas vagas para cinquenta alunos, oitenta e quatro foram aprovados, o que representa um saldo de 24 excedentes. (RAMOS, 2013, p.149).

Dessa forma, observa-se que a tendência da diminuição de ofertas de vagas nas Universidades e a consequente “mercantilização” da Educação no Ensino Superior, afetou também Campina Grande, tornando o ingresso bastante limitado e ao mesmo tempo instigando os discentes Universitários a reivindicarem seus Direitos que seguiam cada vez mais usurpados. Nesse contexto, foi buscada pelos estudantes a união junto com os secundaristas bem como o apoio de políticos locais³.

Vale ressaltar ainda, que o discurso a época do golpe e sobretudo no momento pós-golpe buscava tentar justificar a repressão, sempre taxando os manifestantes não somente de comunistas, mas também de baderneiros, agitadores, etc. essa tentativa era feita para que os Militares pudessem conseguir o apoio da manifestação não só no momento da repressão mas

³ Que também não estavam vinculados à luta defendida pelos estudantes mas também tinham interesses do apoio destes e consequentemente de uma parcela significativa da população tendo em vistas as eleições que se aproximavam.

também após as agressões no sentido de que a população ajudasse as autoridades policiais a capturar os que eram considerados, em regra, de “subversivos”. Todo e qualquer tipo de manifestação, portanto, tornava-se uma premissa que representaria um ataque à “ordem social” e que, assim, estaria “justificada” para o povo, as torturas assassinos e outros crimes de lesa-humanidade.

Infelizmente, esse discurso que tentou justificar os crimes cometidos durante esses períodos ainda permanecem na mentalidade de determinados setores da sociedade civil que associa os movimentos sociais e as reivindicações sobretudo da Esquerda à uma perturbação, sem sentido, da ordem social, e a Instituição Polícia Militar (ainda oriunda da Ditadura Militar) muitas vezes legitima esse ideário reprimindo e buscando criminalizar, principalmente, as pessoas que pertencem às classes dominantes e que, de alguma forma se manifestam contra Governos ilegítimos, autoritários e usurpadores de Direitos como foi na época da Ditadura Militar e como é atualmente no Governo do Presidente Golpista Michel Temer.

Em Campina Grande, no ano de 1968, uma das “bandeiras” de luta dos Estudantes Universitários foi o Direito a uma redução de custos no que se refere as passagens, sobretudo, para aqueles das cidades circunvizinhas que precisavam se deslocar para vir estudar em Campina Grande que, historicamente, abrigou, e abriga uma quantidade relativamente grande de Faculdades e Universidades. Mesmo que de forma precária, atualmente, muitas Prefeituras conseguem fornecer transporte para esses estudantes, o que não acontecia durante o fim da década de 70, momento no qual, começava a se intensificar nas Universidades o movimento de privatização (e também da interferência norte-americana na Educação Brasileira através dos “Acordos MEC-USAID”), tornando precário e incipiente o Ensino Superior Público. Segundo a Historiadora Érica Lins:

O aumento no número de cursos superiores oferecidos pelas Instituições de ensino existentes na cidade atraía estudantes de outras regiões, inclusive de outros estados e, até mesmo, da capital. No entanto, ao ter que se deslocar do Município onde reside para estudar em outro, um estudante inflaciona os gastos com seus estudos, pois alguns, como moravam em cidades circunvizinhas a Campina Grande, deslocavam-se, diariamente, para outros semanalmente, e até bimestralmente. (RAMOS, 2013, p.166).

A partir dessa constatação é possível identificar, portanto, algumas semelhanças do movimento Estudantil em Campina Grande e João Pessoa, essa questão da precarização e privatização do Ensino Público, principalmente no âmbito Universitário implicava, logo, em não só diminuir o acesso e as condições para se manter na Universidade, mas também o Regime Militar tentava estabelecer o pagamento de valores anuais fazendo, portanto, com que os

discentes “pagassem a conta” das péssimas condições financeiras devido a falta de investimento, a organização e luta dos movimentos estudantis, tem conseqüentemente vários fatores associados sob os quais a repressão tentou suprimir.

No ano de 1969, em se tratando especificamente da repressão ao movimento Estudantil, observa-se que o decreto-lei nº 477 de 26 de Fevereiro de 1969, acabou por punir, mais ainda, as arbitrariedades e punições cometidas contra os discentes, Professores, funcionários públicos, etc. O artigo 1ª, por exemplo, estabelece os critérios para o cometimento de infração disciplinar a ser aplicada à Professores, Estudantes, Funcionários:

Art. 1ª Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que : I- Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe desse movimento; II- Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimento de ensino, como fora dele; III- Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV- Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V- Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI- Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (BRASIL, 1969, p.1)

A infração disciplinar não se restringe, portanto, aos estabelecimentos de Ensino mas também podem ser aplicadas fora deles, a partir de toda abstração que viesse a caracterizar “subversão” bem como qualquer movimentação no sentido de contestação a ordem vigente. Em Campina Grande, por fim, devido a esse decreto, segundo Santos (2014, p.95), foram punidos, dentre outros, os seguintes estudantes:

Destes, muitos foram fichados no DOPS (Departamento de Ordem e Política Social) : Maria Livia Alvez Coelho, Saulo de Tarso de Sá Pereira, Germana Correia Lima, Jader Carlos Coelho da Franca, Simão de Almeida. Alguns destes conviveram, ou, de alguma forma, participaram da trajetória e militância política de João Roberto Borges de Souza, que será analisada no próximo Capítulo. As fichas do DOPS de alguns desses estudantes estará disponível no “ANEXO II” deste trabalho.

4 TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA POLÍTICA DE JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA (1968-1969)

Como já foi discutido até aqui, o movimento Estudantil foi perseguido desde os primeiros momentos no contexto pós-golpe, e, sobretudo, a partir de 1968, e da promulgação do decreto-lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. O protagonismo dos Estudantes esteve presente nas mais diversas regiões do País. No que tange à Paraíba, especificamente em João Pessoa e Campina Grande, o movimento dos Estudantes secundários, de certa forma, antecedeu a luta e resistência ao golpe em detrimento dos discentes Universitários.

Nesse sentido, neste Capítulo, a partir das fontes oriundas não só dos órgãos repressores do Estado da Ditadura Militar, mas também dos prontuários funcionais, reportagens, prontuários individuais e ainda informações do Relatório Parcial da Comissão da Verdade do Estado da Paraíba, será analisada a trajetória e militância, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, de um acadêmico de Medicina chamado João Roberto Borges de Souza, que teve profunda importância na luta estudantil contra o regime militar, pelo Direito a uma universidade Pública e de qualidade, que conseguisse não somente manter o corpo discente mas que também possibilitasse uma estrutura que, além dos “muros da Universidade”, propiciassem aos alunos, condições dignas para desenvolver as suas atividades Profissionais (como por exemplo, na luta por um Hospital para praticar o estágio, que no caso deveria ser o Hospital Universitário o qual, no contexto do ano de 1967, somente havia sido iniciada a construção durante a Gestão do ainda reitor-interventor Guillardo Martins) e acima de tudo pela Democracia e liberdade de expressão. Toda documentação referente a este capítulo, estará exposta ano “ANEXO I”.

Natural da cidade de Cabedelo, na Paraíba, João Roberto Borges de Souza, nasceu no dia 14 de Outubro de 1946, e teve uma militância intensa a frente do Movimento Estudantil Universitário a partir do final do ano de 1967, com a sua eleição para o Diretório Acadêmico de Medicina. A exemplo do que já foi observado aqui (principalmente no tocante ao Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa, da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba), de 1967 até a 1969, sobretudo após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, a organização Estudantil em âmbito nacional através da UNE, e nos Estados, através dos Diretórios Acadêmicos intensificaram as manifestações, apesar da repressão.

Nesse contexto, João Roberto, já enquanto representante da Escola de Medicina, a representou em um Congresso em Campina Grande, no mês de Outubro de 1967. Esse evento representou uma tentativa de rearticulação de entidade estudantil Paraibana (UEEP) e, posteriormente, em Janeiro de 1969 houve a tentativa de organizar um outro Congresso, sendo

que este, unindo a UEEP ao DCE da UFPB e os Diretórios Acadêmicos. Vale ressaltar, que, nesse ano, o Reitor-Interventor da Universidade Federal da Paraíba era, ainda, Guilardo Martins de Oliveira e que João Roberto, ainda em 1968, foi um dos estudantes que participou da ocupação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba e também do Congresso da UNE em Ibiúna, no interior de São Paulo.

Passado este período foi quando passei a preocupar-me com o Congresso Nacional pois tinha grande vontade de participar de um Congresso da UNE. Quem articulou o Congresso em João Pessoa, foi um Assessor Técnico da UNE, estudante do Sul e credenciado pelo vice-presidente José Arantes. (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629).

Dessa forma, a sua atuação já era conhecida pelas autoridades policiais da Ditadura Militar e também pelo reitor-interventor da UFPB, que, em parceria com a Polícia Federal, já atuava no sentido de identificar e punir, com base na legislação imposta na época, os estudantes que fossem considerados pelo regime como “subversivos”, os quais representariam, assim, supostamente, uma ameaça a “ordem pública” e às instituições. Através dessa articulação com um estudante do Sul do País, João Roberto aumenta o processo de aproximação com a UNE, algo que, segundo o mesmo indica, não havia em um momento anterior. Sobre essa situação, ainda no mesmo documento, está exposto que: “Foi através deles que nos familiarizamos com a UNE pois era grande o abandono a que vivíamos submetido por parte dos Diretores da UNE” (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629).

Levando-se em consideração que esse documento é uma fonte da repressão, entende-se que, o fato de existir um abandono por “parte dos Diretores” da UNE, pode significar uma tentativa de João Roberto, de não informar maiores detalhes entre esse diálogo que supostamente poderia haver entre ele e a Diretoria da UNE. Sob tortura física e psicológica isso significaria uma estratégia de defesa e ao mesmo tempo da manutenção da não identificação maior da cúpula dirigente da UNE e a sua associação com a Universidade Federal da Paraíba, através de João Roberto e seus companheiros.

Seguidamente, representando os Estudantes do Curso de Medicina da UFPB, João Roberto buscou mobilizar a classe estudantil pela criação do Hospital Universitário e o aumento do leito para crianças enfermas de tuberculose. Após o Ato Institucional nº 5, ele decidiu, junto com Everardo Cruz, presidente do DCE da UFPB, fazer um discurso no Restaurante Universitário, no sentido de orientar os Estudantes no tocante ao Projeto Rondon o qual, a época em que estava preso após participar do Congresso de Ibiúna, foi criticado no sentido de que representaria um plano, por parte do regime militar, para “militarizar os profissionais das

ciências médicas”. Então, ele propôs que os demais estudantes aguardassem uma posição das lideranças estudantis sugerindo que estas iriam debater sobre a questão e depois chegar a uma conclusão sobre o assunto. Nesse sentido, segundo João Roberto

Mas o fato é que na prisão em São Paulo os estudantes do Sul tendo mais conhecimento e facilidade de obter dados, haviam incutidos em nós uma contra propaganda do Projeto Rondon, alertando-nos que se tratava de uma exploração de Universitários por parte do Governo e que fazia parte de um plano para militarizar os Profissionais de ciências médicas. (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629).

Esse suposto processo de militarização dos” Profissionais das ciências médicas” discutido por alguns estudantes na prisão após o Congresso de Ibiúna, já foi aplicado, de certa forma, em diversos setores da Educação. O Movimento Brasileiro de Alfabetização e as disciplinas de Moral e Cívica e OSPB, por exemplo, em regra, sempre tiveram o objetivo apenas de difundir e fazer “propaganda” do Regime Militar, colocando em prática um processo de ensino e aprendizagem que se reduzia tão somente a reproduzir o discurso dos militares acerca de assuntos referentes a História, Política, Economia, tentando assim, militarizar o processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, uma Educação sem o pensamento crítico era forjada pelo pseudo-patriotismo dos agentes da repressão que muitas vezes eram justamente os “Professores” dessas disciplinas e conduziam todo o processo Educacional, identificando e punindo, inclusive, aqueles que, por ventura, procurassem discordar ou esboçar algum tipo de protesto diante desse “projeto educacional” que estava sendo implementado desde o início do Golpe.

Em Janeiro de 1969, João Roberto, ao fiscalizar o vestibular, decide acatar o argumento dos estudantes que criticavam o critério adotado na correção das provas o qual resultaria na conseqüente reprovação da maioria dos alunos. Então, como ele era um dos representantes dos discentes resolver tentar solucionar o problema através de uma reunião que teria com o reitor, sendo que este não se dispôs nem ao menos a atendê-lo e nem muito menos se comprometeu em se esforçar para resolver a demanda dos estudantes. Como era de se esperar, houve ameaça por parte de um dos secretários do Reitor e o mesmo solicitou que ele e os outros estudantes se retirassem do local onde estariam aguardando para dialogar com ele na tentativa de resolver o problema. A principio, depreende-se que houve um tumulto no qual o próprio João Roberto sugeriu aos outros estudantes que se retirassem do local para evitar confrontos que certamente atingiriam a integridade física dos Estudantes, bem como, no contexto da época ,seriam

enquadrados na legislação vigente (a qual era, obviamente imposta pelos Militares) e possivelmente sofreriam punições, ou “infração disciplinar”. Segundo o relato de João Roberto:

Pela época das provas do Vestibular encontrava-me na casa de uma tia em João Pessoa, no Bairro da Torre, à rua Carneiro da Cunha nº 33, onde permaneci até o dia 29. Enquanto fiscalizava no Vestibular, o critério de aprovação de acordo com as resoluções da Reitoria(Resolução 13/68) ia dar uma margem de cerca de 70% de reprovação. Isto provocou reações negativas nos vestibulando que exigiram através de conversa que fosse tomada uma medida. Reclamavam que eu como um elemento que merecia a confiança dos mesmos deveria ajudá-los a lutar para modificar o critério de aprovação. (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629).

A atitude do reitor e dos seus secretários diante dessa situação somente demonstra aquilo que foi recorrente ao longo de toda a Ditadura Militar, ou seja, o autoritarismo sempre apoiado pelas classes sociais dominantes, que, para manter seu Poder, se articulavam em todas as Instituições e prejudicavam, sobretudo, a população mais pobre, o povo, que só tinha basicamente duas opções: ou lutar e resistir ou aceitar as imposições de um Regime que promovia um verdadeiro massacre reduzindo todas as conquistas históricas, seja no âmbito da Educação ou dos direitos políticos e sociais, à mera submissão à vontade Política dos detentores do Capital, e de uma classe média alta que sempre teve seus privilégios asseguradores por essas. De acordo com o relato de João Roberto,

Finalmente o reitor mandou comunicar que não atenderia e que naquele andar(6º) não poderíamos permanecer. Alguns quiseram ficar e outros iam sair quando finalmente convenci todos a descer alegando que se ficássemos poderíamos ser presos e os vestibulandos se prejudicariam de um modo geral. (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629).

Fica evidente, portanto, que os Estudantes não tiveram outra alternativa, a não ser recuar diante da falta de diálogo por parte do Reitor- Interventor. Após esse acontecimento, da fiscalização do Vestibular, no mesmo dia à noite, João Roberto se encontrou com a sua namorada Socoro Fragoso⁴, e, durante esse encontro, João Roberto foi informado pelo seu Pai, que a Polícia teria ido procurá-lo para prendê-lo na sua residência. Então, ele pediu para que o Pai averiguasse os motivos que levaram essa busca junto as autoridades e sugeriu que fosse levado a casa de um Tio no Bairro de Jaguaribe para que ele pudesse se esconder da repressão. Posteriormente, o Pai de João Roberto soube que a acusação contra o filho é de que ele teria roubado um mimeógrafo e uma máquina de escrever da Universidade Federal da Paraíba. Não

⁴ Socorro Fragoso foi companheira de João Roberto ao longo de praticamente toda sua trajetória e militância Política, tanto em João Pessoa quanto em Recife. Atualmente é Deputada Federal pelo Partido Comunista do Brasil.

entendeu que a única alternativa naquele momento, seria, portanto, fugir do Estado da Paraíba. Então, às 2 horas da manhã, ele fugiu para Recife, onde iria encontrar Frei Aluisio que era o irmão de sua namorada e que iria portanto, ajudar a escondê-los enquanto estivessem lá em Recife.

Entretanto, quando estava se encaminhando ao encontro do Frei, em um convento, ele encontrou com Simão Neto (um companheiro que havia conhecido na festa da Garota Universitária na Cidade de Campina Grande, no ano de 1967), que após escutar o que lhe acontecera pediu para que ele aguardasse ele retornar do trabalho que então ele iria dá-lhe estadia até que ele pudesse encontrar uma solução definitiva para a situação em que se encontrava. Na casa de Simão ele conheceu a esposa de Simão, Ana Rita de Castro Almeida e Rosa Maria de Araújo Melo e Geraldo Magela Monteiro Melo que “trabalhava como operário na Fábrica Paulista” (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DA PARAÍBA, p. 42).

Além disso, segundo o relato de João Roberto, antes de comparecer a Polícia Federal em João Pessoa ele solicitou que à sua colega Livia que fizesse uma cota junto com os demais colegas para tentar custear a estadia dele durante o período em que estivesse em Recife. É possível ler no documento que “antes de ir à Polícia Federal, ao ter estado com Livia, acertei com ela para procurar os colegas da escola que incentivasse a fazer uma cota para os gastos primeiros que teria aqui” (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629). Combinou então, de encontrá-la na quarta ou quinta-feira de cinzas daquele mês, no horário que compreenderia às 12:00 e 18:00. Sendo que, ao encontrá-la, na quarta-feira, às 18:00, ela lhe contou que o seu Pai havia apontado a casa dela como sendo a da pessoa que sabia onde ele estava e que lá, a Polícia havia encontrado livros com citações de Mao-Tsé-Tung, o que fez com que ela também estivesse, agora, sendo perseguida pela repressão, e por esse motivo ela não poderia retornar a João Pessoa, ficando também em Recife junto com os demais companheiros e companheiras, até ter condições de viajar para o Rio de Janeiro onde iria ficar na casa de sua irmã.

Ademais, João Roberto conhece o dirigente nacional da Ação Popular, chamado de João Batista Franco Drummond. Este, propôs como alternativa para tentar resolver a situação de João Roberto “tirar” documentos falsos (prática comum entre os perseguidos pelo Regime Militar, que visava principalmente facilitar o processo de fuga entre Estados, bem como o comparecimento a congressos e reuniões onde houvesse movimentos sociais e estudantis de Esquerda) para que ele pudesse fugir pra longe dali com a sua namorada Socorro Fragozo, João Roberto observa ainda que, no dia em que ele esteve com João Drummond este estava com um pacote na mão no qual tinham papéis formando um “tubo”. Dois dias depois, no sábado, João

Roberto foi informado que deveria se encontrar com João Drummond em uma fábrica, na qual ele iria, finalmente receber os documentos falsos (pois tinha um amigo que trabalhava em um cartório próximo dali) para que tivesse condições de fugir de Recife com a sua namorada. Foi discutido ainda acerca da possibilidade de a Polícia estar a sua espera nesse local que havia combinado de encontrá-lo, porém, foi assegurado que ali não haveria risco de ocorrer uma intervenção das autoridades Policiais. Sobre esse processo, pode-se ler no relato de João Roberto

Conheci o João na casa de Simão, na 5ª feira onde êle tomou conhecimento do nosso problema e conheceu toda a minha história. Falei que iria resolver minha situação procurando tirar documentos falsos e viver longe daqui com Socorro. Neste dia êle estava com um pacote na mão como papel enrolado formando um tubo. Despediu-se da gente e só voltei a vê-lo no sábado pela manhã quando contou-me e às meninas para ir à fábrica e conversar com os operários prometendo os documentos falsos de que eu necessitava, pois tinha um amigo em cartório e solucionava o problema. Procuramos saber se havia polícia ou qualquer outra coisa por lá e êle nos afirmou que não e que não havia perigo para nós, pois só iríamos conversar. (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629).

Porém,além disso, foi solicitado que João Roberto participasse da atividade de entregar panfletos aos operários da Fábrica da Torre, para que estes viessem a não trabalharem por três domingos consecutivos para cobrir os dias não trabalhados no Carnaval. A sua namorada Socorro Fragoso e sua amiga Lívia, teriam comparecido ao local durante a tarde, para conhecer a região e João Roberto foi à noite. Durante a atividade foi preso pelo vigia da fábrica em um Posto de Gasolina⁵. Conforme descrito no relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade,

Orientou aos três que fizessem panfletagem na Fábrica da Torre naquele dia à noite, procurando “convencer os operários a não trabalharem durante três domingos consecutivos, a fim de cobrir os dias não trabalhados durante o carnaval, alegando que o domingo era considerado dobrado”. No período da tarde daquele sábado, Socorro Fragoso e Maria Lívia foram à referida fábrica conhecer a área. Na parte da noite, daquele dia, foram ao estabelecimento com João Roberto para executar a tarefa de distribuir os panfletos e conversar com os operários. Durante a atividade, João Roberto foi preso por vigias da Fábrica da Torre num posto de gasolina, situado à Rua Amélia. (RELATÓRIO PARCIAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE, p. 42-43).

A partir daí, no mês de Março de 1969, João Roberto, Socorro Fragoso, Maria Lívia e ainda os companheiros Geraldo Magela Monteiro e Rosa Maria de Araújo Mello foram

⁵ Aqui fica clara os interesses do Capital pelos repressores que se reproduz na relação com o vigia, no sentido que este teria Poder também para prender ou coibir de alguma forma qualquer prática relacionada a “atos subversivos” etc.)

perseguidos pela Polícia Federal de Pernambuco, a qual tinha como um dos principais agentes da repressão, o Delegado Moacir Sales de Araújo. Do dia 01/04/1969 até o dia 06/04/1969, este Delegado ainda busca fazer auto de reconhecimento e “cruza” os depoimentos de João Roberto com o da esposa de Simão, Ana Rita de Castro Almeida. Em 07/04/1969, foi formalmente acusado de praticar “atividade subversiva”, no dia 11/04/1969, ele “assina Termo de Declaração na Delegacia de Segurança Social, na presença do Delegado Moacir Sales de Araújo, onde consta quase toda sua autobiografia que havia sido escrito à mão anteriormente.” (RELATÓRIO PARCIAL DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DA PARAÍBA).

No dia 07/07/1969, João Roberto ainda consegue sua carteira trabalho e no dia 01/08/1969 inicia as suas atividades na empresa “Queiroz Cavacanti & Cia”, no cargo de viajante. Entretanto, no dia 15 de Setembro do mesmo ano decide deixar o emprego alegando “motivos de ordem particular” e no mesmo dia solicita a diretoria do Colégio Estadual de João Pessoa um atestado de que “ nada consta nos arquivos daquele estabelecimento que indicie, desabone ou comprometa sua conduta escolar”. Recebe da diretora do Grupo Escolar um “atestado de conduta”:

[...] assinado por Mari Verissimo de Andrade, Diretora do Grupo Pedro Américo, em Cabedelo, em que atesta que João Robertou matriculou-se naquele estabelecimento de ensino no ano de 1953, ‘no preliminar’, concluindo o curso primário em 1958. ‘ Sempre foi um aluno exemplar, de ótima conduta, obteve o 1ª lugar no final do curso’. (RELATÓRIO PARCIAL DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DA PARAÍBA, p. 45).

No dia 10 de Outubro de 1969, o corpo de João Roberto Borges de Souza é encontrado no açude Olho D’água na cidade de Catolé do Rocha, no interior da Paraíba. A versão oficial da Ditadura Militar é que ele teria sido vítima de afogamento, entretanto, após a família ter recebido a notícia da sua morte foram procurar as autoridades locais bem como fazer o reconhecimento do corpo. Este, estava com marcas de agressões e o rosto deformado o que significa que a tendência é que ele realmente tenha sido brutalmente espancado até a morte e depois, no caso, teriam jogado seu corpo no açude. Até hoje as circunstâncias que levaram a este homicídio não foram completamente esclarecidas bem como os possíveis suspeitos e criminosos não foram identificados nem muito menos culpados pelo crime que cometeram.⁶

No entanto, sabe-se que a Ditadura Militar, independente de ter tido participação direta na sua morte, atuou indiretamente o submetendo a perseguições que iniciaram com o seu impedimento de estudar, até as torturas físicas e psicológicas fazendo inclusive com que, nesse

⁶ Reportagem disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/joao-roberto-borges-de-souza/index.html>>

contexto, certamente, ele escrevesse uma autobiografia e ainda assinasse um termo fazendo alusão a “revolução de 64” que naturalmente era o avesso dos seus ideais e da sua práxis. João Roberto estaria em Catolé do Rocha escondido em um sítio de um ex-colega de República, e a identidade falsa que portava no dia do assassinato teria sido conseguida afim de mantê-lo na clandestinidade enquanto estava sendo perseguido pelos agentes da repressão da Ditadura Militar.

Sobre as torturas sofridas por João Roberto, sua mãe Eulina Marques Borges de Souza afirma :

Em Recife, ele tava soltando panfleto, em Macaxeira. Perdeu os documentos, foi preso e torturado. Foi tortura física e psicológica, que foi a pior que teve, porque foi obrigado a dizer o nome de todos os companheiros da organização e, como ele não dizia, era torturado. (Relatório Parcial da Comissão da Verdade do Estado da Paraíba, “ Apanhado taquigráfico da audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa da Paraíba, realizada em João Pessoa no dia 24 de agosto de 1995, página 47).

Sobre a fuga de João Roberto para Catolé do Rocha, ainda segundo a sua mãe:

Ele veio de Recife fugido da Polícia, porque estava visado e com medo de ser preso novamente e torturado como ele foi. Então ele foi parar na casa da Bartolomeu, em olho D’água. Bartolomeu tinha sido companheiro de República. Quando ele estava estudando, ele morava em uma República. Uma vez ele me mandou uma carta dizendo que tentava fugir, queria ir ao exterior, talvez conseguisse. Aí não conseguiu, encontrou a morte. (RELATÓRIO PARCIAL DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DA PARAÍBA. Apanhado taquigráfico da audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa da Paraíba, realizada em João Pessoa no dia 24 de Agosto de 1995, p. 48.)

Segundo a Comissão Estadual da Verdade, essa fuga deveu-se sobretudo ao fato de que a 7ª Auditoria da Justiça Militar teria dado prosseguimento ao processo no qual estavam envolvidos ele e Ana Rita de Castro Almeida, Geraldo Maghela Monteiro Melo e Rosa Maria de Araújo Melo (tendo os demais sido considerados “revés”), dessa forma, o motivo da fuga estaria diretamente relacionada a uma possível condenação nesse processo e conseqüentemente ao retorno de toda a série de torturas físicas e psicológicas sofridas. A autobiografia de João Roberto, teria sido escrito à mão por ele enquanto esteve preso em Recife sob o julgo do Delegado Moacir Sales de Araújo. Dessa forma, entende-se que muito do que está escrito, sobretudo no que se refere aos detalhes de sua militância no movimento Estudantil, bem como as suas convicções ideológicas, podem estar distorcidas para que, assim, fossem evitadas maiores conseqüencias principalmente em relação às torturas e também à seus companheiros

e companheiras de Luta. Em determinado trecho de um dos prontuários individuais, João Roberto Borges de Souza, fala sobre sua atuação no movimento estudantil, em uma perspectiva de mostrar a “causa” que o levou a participar deste movimento e também outros motivos que o fez permanecer nos movimentos sociais. A seguir, portanto, pode-se ler:

O que me fez atuar no movimento estudantil foi um incentivo por parte dos alunos que sempre me procuraram me perguntando se não íamos fazer nada, principalmente quando havia qualquer movimento no Sul e meu orgulho pessoal em tornar-se liderança estudantil pois admirava a vida dos caras da UNE e terminei desistindo quando vi que para os elementos do Nordeste isto era impossível. O que tornou meu espírito alvoroçado foi êste sonho e a leitura constante dos jornais formou e fortaleceu meu ideal e um forte sentimento anti-americanista a ponto de perder o estímulo pelo inglês que já conversava com vários americanos e estava prestes a terminar o curso na Cultura. Além dos jornais e revistas o que contribuiu para tôda minha vida foi a leitura das revistas da Civilização Brasileira e tinha muita vontade de conhecer as obras de Marx e Caio Prado Junior, como também desejava conhecer as teorias econômicas de Celso Furtado. (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL 18629).

Certamente sob a tortura Física e Psicológica, quando foi preso em Recife, João Roberto foi obrigado ainda a assinar um “Termo de Declaração”, o qual enaltecia o “Movimento Revolucionário de 1964” e o “Ato Institucional nº 5, este termo diz o seguinte:

que, hoje, o depoente reconhece o exagero cometido, esclarecendo, não mais enveredar por qualquer caminho político, isto porque o clima de exagero ao caminho da baderna e também a falta de lealdade, pois compreende atualmente que toda e qualquer autoridade deve ser acatada; que indagado sobre o movimento Revolucionário de sessenta e quatro e o Ato Institucional número cinco, esclarece que o primeiro teve um grande objetivo, ou melhor fazer cessar a insegurança que se processava no paiz, enquanto que o Ato número cinco, teve por finalidade fazer cumprir o ideal do Movimento Revolucionário, isto porque os objetivos finais são a longo prazo.

Comparando este documento oficial com a autobiografia escrita por ele também, supostamente, sob tortura, é possível analisar que a enaltação à Ditadura Militar, nada mais era do que uma imposição dos agentes da repressão do DOPS de Recife, e também, no tocante à sua autobiografia observa-se que há, de certa forma, uma ocultação a militância específica na organização AP (Ação Popular). Somente há referência a este movimento no momento em que o mesmo já se encontra em Recife e conhece o líder Nacional da mesma, e posteriormente quando ele participa da atividade de panfletagem na Fábrica da Torre, local onde é preso pelo vigia. Entretanto, ao que tudo indica, João Roberto teria iniciado a sua

militância na Ação Popular⁷ ainda antes de ir para Recife, tendo em vista a presença do ideário Maoísta, por exemplo, associado a pessoas que conviveram com ele a exemplo de sua colega de curso Maria Lívia.

Observa-se também que João Roberto, ao longo de sua trajetória e militância política, não se associou a movimentos de Esquerda da Luta Armada, predominando, portanto, a sua luta no Movimento Estudantil, inspirado pela combante dos estudantes da UNE, da Região Sul e também pelos anseios dos discentes da Universidade Federal da Paraíba(No caso, da Faculdade de Medicina), os quais estudavam em precárias condições e ainda sob o julgo de um Reitor que mais estava preocupado em combater as manifestações legítimas dos alunos, do que em buscar recursos para a Universidade e solucionar os problemas destes. Além disso, João Roberto também afirma, inicialmente em um de seus prontuários individuais que não existia, em João Pessoa, nada de Movimento Estudantil antes do ano 1967.

Levando em consideração o que foi estudado neste trabalho, conclui-se que essa informação supostamente também teria sido dada de maneira proposital para evitar a perseguição a outros companheiros de luta, tendo em vista que, apesar de ainda não haver uma tentativa de articulação não só do movimento Estudantil Universitário mas também do Movimento Estudantil dos Secundaristas, como ocorreu a partir do ano de 1968, os Estudantes já se organizavam sim, em seus Diretórios acadêmicos e já esboçavam algumas manifestações, mesmo que de maneira ainda incipiente.

O ideário socialista, portanto, esteve presente, seja em partidos ou movimentos sociais de Esquerda seja no âmbito teórico daqueles que estavam a frente da organização Estudantil mas que ainda não compreendiam bem ou não vivenciaram, devido a sua posição de classe social, a práxis socialista, porém, isso não os impedia de participar ativamente da resistência contra o Regime Militar e nem muito menos de tentar conscientizar os trabalhadores, sobretudo nas fábricas, que representavam importantes aliados nesse combate a Ditadura Militar, pois as relações sociais na Produção, na década de 60, apesar de suas especificidades, conserva, assim como atualmente, a exploração, a qual sob a égide do Capitalismo não se traduz tão somente em extração de mais-valia, mas também nos mecanismos que conseguem fazer muitos trabalhadores não acreditarem que estão sendo explorados. Essa forma de dominação, portanto, atualmente, é forjada pelo discurso neoliberal e por conceitos abstratos como o de

⁷ A Ação Popular surgiu ainda no início da década de 60, a partir de setores progressistas da JUC (Juventude Universitária Católica), inicialmente reivindicando, no que concerne a ideologia, um “Socialismo Humanista”, e posteriormente sofreu uma série de clivagens ideológicas que culminou com a predominância da linha de pensamento de Mao-Tsé-Tung.

“meritocracia”, mas ao mesmo tempo é perceptível, seja pelo conhecimento teórico seja pela própria exploração no âmbito laboral, que demonstra esse domínio do Capital sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

Por fim, mais do que simplesmente a memória da tradição e do protagonismo Estudantil, a prática em termos de combate a Ditadura Militar, através da união com os trabalhadores, a luta por Direitos, e também por uma leitura crítica da realidade em que viveu (isso fica bem claro em seu prontuário, à medida em que ele sugere os autores que o levaram a compreender e solidificar sua visão acerca da sociedade), são os principais aspectos presentes na trajetória e militância de João Roberto Borges de Souza, a sua “vontade” de conhecer a literatura marxista bem como a leitura que ele tinha da revista “Civilização Brasileira”, seu forte sentimento “anti-americano” e ainda a sua atuação na Ação Popular, sobretudo em Recife, fortalece, em termos empíricos que o Socialismo fazia parte não só do seu horizonte teórico, mas da sua “práxis”. Que a História mais uma vez, não deixe no passado esses ideais e que ela sirva, mais do que para compreender o presente, também ajude a Humanidade, a lutar por um futuro com mais Justiça e acima de tudo, com mais Liberdade e Igualdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse trabalho, na Introdução, apresentar, sobretudo, os aspectos teóricos-metodológicos que seriam utilizados ao longo da Pesquisa, bem como foi feita uma discussão acerca das fontes e do protagonismo do Movimento Estudantil. No Segundo Capítulo, foi discutido principalmente o contexto Histórico que compreende principalmente o recorte Histórico utilizado, que engloba os anos de 1967 à 1970. Além disso, a perspectiva do materialismo histórico esteve presente ao longo de toda a análise, com ênfase na correlação de forças existentes durante a Ditadura Militar e também na defesa da tese que o Golpe de 64, acima de tudo, foi um golpe das classes dominantes contra a População pobre, seja na cidade, seja no campo. Foi também discutido o contexto econômico e social que prevaleceu durante a década de 60 e meados da década de 70, que, por sua vez é bastante importante, pois, como é sabido, os fatores referentes à Economia afetam diretamente no horizonte de luta dos movimentos Estudantis e de outros movimentos sociais de Esquerda que, apesar das divergências internas, conseguiram combater a Ditadura Militar

Entretanto, como foi demonstrado, a ideologia da classe dominante, que conseguiu, no imediato pós-golpe, no âmbito da ideologia, tentar justificar a imposição de uma Ditadura, não obteve o mesmo êxito, principalmente a partir de 1967-1968, levando em consideração a sequência de decretos-lei e de prisões, torturas e assassinatos que estavam sendo cometidas durante o Regime. No Terceiro Capítulo, foi analisado, com base em vasta documentação, a trajetória e a militância política no movimento Estudantil de João Roberto Borges de Souza que foi perseguido, torturado e morto no mês de Outubro de 1969. Por fim, buscou-se analisar a trajetória deste acadêmico inserido em um contexto de atuação em Movimentos sociais que lutaram e resistiram a uma Ditadura, não somente com o objetivo derrotá-la, mas de construir um novo mundo pautado pelo Poder Popular, que só assim representaria a superação da Ordem do Capital e uma sociedade livre e justa.

Em tempos de avanço do conservadorismo e aumento da instabilidade Política e Econômica, cresce, em parcelas da População (sobretudo da classe média) a ideia de buscar soluções autoritárias para problemas complexos, como por exemplo : o da desigualdade social, fome, pobreza, e violência. Nesse sentido, o discurso dos Golpistas de 64 passam novamente a serem difundidos, utilizando argumentos rasos e vazios (para não dizer desumanos) para justificar todo o tipo de arbitrariedade cometido durante os 21 anos em que os Militares estiveram a frente do Poder. Por conseguinte, tudo isso tem o objetivo maior de apresentar a população uma possível “solução” para os problemas acima citados (e tantos outros) que, além

de serem Históricos, como foi demonstrado nesse trabalho, em muitos aspectos, se agravaram durante o regime de exceção implantado após o Golpe de 1ª de Abril de 1964.

Todo esse discurso é ratificado por pseudo-intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento e não somente se restringem a internet, mas geralmente iniciam nela e depois estão presentes em todos os ambientes, incluindo, o ambiente acadêmico, no qual, subentendesse que o aluno deveria ter uma capacidade mínima de conhecimento Histórico e muito mais de crítica a determinados discursos. No curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, infelizmente já foi observado em alguns alunos esse tipo de comportamento, de não só defender a Ditadura Militar (e inclusive candidatos como o Deputado Jair Messias Bolsonaro que homenageia torturadores e estupradores da Ditadura Militar com o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra), mas também até o próprio Nazismo (fazendo inclusive saudações à Hitler) e outros regimes de exceção que perseguiram, torturaram e assassinaram milhares de pessoas. Em parte, talvez a Historiografia revisionista e sua relativização vulgar dos fatos na História sejam responsáveis por incutir em futuros “Profissionais de História” os discursos falaciosos que representam, nada mais do que uma defesa dos opressores.

Que este trabalho sirva, portanto, não somente enquanto uma pesquisa com determinados objetivos que visam cumprir um formalismo acadêmico de apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (essa é apenas uma das funções, que eu considero inclusive relevante), mas, acima de tudo, que seja um instrumento Político para confrontar todo e qualquer tipo de defesa de Ditaduras como a que ocorreu aqui no Brasil, fazendo com que o conhecimento do passado seja útil para entender a realidade do presente, e, sobretudo para não cometer os mesmos erros novamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ato Institucional, 7 de dezembro de 1966.**

_____. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464impresao.htm> Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. **Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.** Brasília, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm> Acesso em: 23 ago. 2017.

CITADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971).** Bauru, SP: EDUSC, 2006. 424 p.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. **Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, novembro de 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe.** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda Brasileiras: das ilusões perdidas a luta armada.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

THIESEN, I. I. Documentos "sensíveis": produção, retenção, apropriação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 8, n. 2, 2013.

TOLEDO, C. N. de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n. 19, 2004. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo104critica19-A-toledo.pdf> Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Rev. Bras. Hist.** v.24, n.47, p.13-28. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002> Acesso em: 23 ago. 2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil: 1964-1968.** 1986. 266f. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000012025>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

MELO, Demian Bezerra de. O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia. In: CAIL, Gilberto; SILVA, Carla Luciana; SILVA, Márcio Both. (Org.) **Ditaduras e Democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014).** Porto Alegre: [s.n.], [s.d.].

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. [S.l.]: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino et al. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória**. João Pessoa, 117 p. Disponível em:
<<http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2017.

RAMOS, Erica Lins. **Da convivência ao despertar militante**: movimento universitário na cidade de Campina Grande, PB (1969-1968). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, julho 2013. (Dissertação).

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DA PARAÍBA (Governo Estado da Paraíba), s/d.

RIDENTI, M. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2010.

RODRIGUES, Claudio José Lopes. **Alienados e subversivos – aventura estudantil (1950-1999)**. João Pessoa: Idéia, 2000. 345 p.

SANTOS, Rosicleide Henrique dos. **O movimento estudantil em Campina Grande – PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60)**. Universidade Federal de Campina Grande (dissertação) 2014, Campina Grande.